

Revista Ética e Filosofia Política – Volume 10 – Nº 1

Junho de 2007

Vozes armênicas: Memórias de um genocídio

Renata de Figueiredo Summa

Revista Ética e Filosofia Política

Revista do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora • www.eticaefilosofia.ufjf.br

Resumo: 24 de abril de 1915. Seiscentos intelectuais armênios são presos em Istambul e divididos em dois grupos. Cada um segue para cidades distintas, mas o destino é o mesmo: a morte. Esse não foi o primeiro ato cometido pelos Jovens Turcos contra a minoria armênia do Império Otomano e nem será o último. Estima-se que 1,5 milhão de armênios foram mortos entre 1915 e 1918 no episódio que ficou conhecido como o primeiro genocídio cometido por um Estado moderno. Apesar dos documentos e testemunhos recolhidos ao longo dos anos, a Turquia continua negando o genocídio. Mas a pressão internacional em torno deste assunto cresce e a comunidade armênia tem esperança de ver, em breve, o reconhecimento do genocídio pela Turquia. Enquanto isso, vozes armênias se pronunciam para pedir justiça e contar memórias que estão vivas dentro de cada um deles.

Palavras-chave: Armênia, genocídio, Turquia, Império Otomano, Império Turco-Otomano, massacre, genocídio armênio, comunidade armênia, União Européia, Primeira Guerra Mundial, 1915, memória

Abstract: April 24th, 1915. Six hundred Armenian intellectuals are arrested in Istanbul and, later, divided in two groups. Each group goes to different towns, but they have the same destiny: death. That is not the first act perpetrated by the Young Turks against the Armenians in the Ottoman Empire, and it is not going to be the last. The historians calculate the number of Armenians killed between 1915 and 1918 to be around 1.5 million, in a chapter of history known as the first genocide organized by a modern State. Even though documents and testimonies were collected throughout the years, Turkey continues to deny the genocide. However, international pressure is growing and the Armenian community is hopeful to see the genocide recognized by Turkey's government soon. Meanwhile, Armenian voices remain loud, requesting justice and reporting memories that are still alive inside each Armenian.

Keywords: Armenia, genocide, Turkey, Ottoman Empire, massacre, Armenian genocide, Armenian community, European Union, World War I, 1915, memory

Introdução, ou por que “genocídio armênio”

Estudando para uma aula de História Contemporânea, em 2004, na Itália, li pela primeira vez sobre um crime que muito me chocou: 1,5 milhão de armênios foram assassinados pelos turcos entre 1915-1918. Chocou-me a história em si, e chocou-me também a minha ignorância sobre o assunto.

Ao voltar para o Brasil, comecei a pesquisar um pouco sobre o tema e percebi que quase ninguém conhecia esse fato histórico.

O primeiro genocídio do século XX para muitos. Uma mera fatalidade para os turcos.

Logo percebi a importância de tratar desse assunto. Apesar de o Brasil possuir uma importante comunidade armênia, localizada sobretudo na cidade de São Paulo, ao longo do período em que estive envolvida com este trabalho ouvi inúmeras vezes perguntas do tipo “A Armênia é um país independente?”, ou então “Onde fica a Armênia mesmo?”. Confesso que eu mesma pouco sabia sobre esse país que hoje possui apenas um décimo do território que uma vez seu povo ocupou.

Mas existem aqueles que, apesar do negacionismo (ou revisionismo) turco, estão empenhados em não deixar o mundo esquecer algo que aconteceu há 91 anos. Filhos, netos e sobreviventes do genocídio lutam até hoje pelo reconhecimento do seu drama. Pelo reconhecimento das mais de um milhão de mortes causadas pelos Jovens Turcos. E esperam por um simples ato do governo turco: o pedido de perdão. Ato que tarda a acontecer e provoca ódio e frustração entre os dois povos.

E, enquanto a Turquia não reconhece o genocídio de 1915, algo precisa ser feito. Este trabalho tem o objetivo de trazer informações de uma maneira clara e simples para interessados que pouco conheçam sobre o assunto. Ele é um trabalho híbrido composto por duas partes: uma mais acadêmica, e a outra, mais jornalística. Do lado mais acadêmico, procurei dar um panorama para o leitor sobre as causas do genocídio, contando um pouco da história armênia. Do lado jornalístico, procurei mostrar como o assunto está vivo ainda hoje, através de histórias de vida e de fatos atuais que ganharam a mídia recentemente. Procurei escrever de uma forma que facilite a compreensão do trabalho. Para isso, a bagagem adquirida ao longo do curso de jornalismo foi essencial.

Por meio deste trabalho, gostaria de sensibilizar o leitor para o problema do genocídio -que infelizmente não ficou restrito aos armênios - e para a importância da punição dos que planejam e cometem esse crime.

Para isso, fiz o curso “Cultura Armênia I”, ministrado pela Faculdade de Letras da USP, pesquisei em muitas fontes do Brasil e do exterior, li diversos livros, que estão citados na bibliografia ao final deste trabalho, entrevistei muitos armênios e conversei

com alguns turcos, fui para a Argentina para entrevistar um dos poucos sobreviventes do genocídio, que, 91 anos depois, ainda se lembra do que aconteceu, enfim, foi um longo trabalho para que eu pudesse entender o que ocorreu e, dessa forma, poder contar esse triste episódio da nossa história recente.

Durante todo esse tempo, estive aberta para ouvir os dois lados da questão, mas nunca tive a intenção de ser imparcial. O próprio nome e assunto deste trabalho já revelam que escolhi um lado, apesar de achar importante saber como o outro lado pensa, o que ele alega.

Durante o trabalho, tive que fazer muitas escolhas. Privilegiei, por exemplo, o tema do genocídio e deixei de abordar aspectos –não menos interessantes - sobre a cultura e história armênia, por exemplo. Mas procurei manter meu foco inicial. Mesmo assim, este trabalho não tem a pretensão de encerrar todas as questões relativas ao genocídio armênio. Ao longo da minha pesquisa, percebi o quanto o tema é complexo e, o quanto inúmeros fatores externos e internos interferiram nesse processo histórico – para o bem ou para o mal. Não poderei aqui me aprofundar em todas as causas que levaram os turcos otomanos a cometer esse crime contra a humanidade. E nem é esse meu objetivo. Eu quero apenas mostrar que sim, ele aconteceu, um povo inteiro sofreu, e ele continua vivo na memória dos armênios. E as pessoas têm que saber disso.

Quando comecei essa pesquisa, em janeiro de 2006, o tema do genocídio estava esquecido pela mídia brasileira. Nem mesmo quando a comunidade armênia de São Paulo, no dia 23 de abril de 2006, prestou homenagem ao 1,5 milhão de mortos, vítimas de uma das ações mais sangrentas da história, a imprensa se manifestou.

Mas já na fase final deste trabalho, dois fatos quase simultâneos trouxeram o assunto de novo à imprensa mundial: a nomeação do turco Orhan Pamuk ao Prêmio Nobel de literatura e a aprovação de uma lei na França, que passa a condenar a um ano de prisão aqueles que negarem o genocídio armênio. As conseqüências desses dois recentes acontecimentos serão discutidas no final deste trabalho, mesmo que ainda seja cedo para tirar alguma conclusão.

Não sou descendente de armênios nem possuo nenhum interesse que não seja o pedido de justiça pela morte de um milhão e quinhentos mil civis armênios brutalmente assassinados. Mesmo que ela venha mais de 90 anos depois.

A HISTÓRIA

“Não há dúvida de que esse crime foi preparado e realizado por motivos políticos. Era momento oportuno para fazer desaparecer do país uma raça que se havia rebelado contra os atos bárbaros cometidos pelos turcos e cujas aspirações de liberdade podiam ir em prejuízo da Turquia (...) Os partidários do panturquismo pensavam que embora caísse Constantinopla e a Turquia perdesse, a aniquilação dos armênios representaria uma vantagem permanente para o futuro da raça turca”.

Winston Churchill, em “The World Crises”,
Tomo V, Londres, p. 405, 1929

O paradoxo armênio

Quem caminha pelas ruas de Erevan, capital do país, impressiona-se com a beleza do Monte Ararat e seu vizinho pequeno Ararat. A neve eterna do seu cume contrapõe-se aos verdes prados e ao céu de azul intenso em um dia de verão.

O Monte Ararat é o símbolo máximo da Armênia. O povo armênio viveu sob essa montanha durante mais de três mil anos. Do alto de seus 5.137 metros, o Monte Ararat é a paisagem que melhor representa a palavra “lar” para os armênios, sejam eles nascidos no país ou filhos da diáspora.

Mas esse símbolo maior não mais pertence à Armênia. Pior: ele está localizado em território turco. Ele pertence ao mesmo povo que um dia tentou exterminar toda a população armênia que vivia em seu território. Povo esse que continua negando o episódio que matou 1,5 milhão de armênios e que mais tarde seria reconhecido como genocídio pela ONU, União Européia e 22 países.

E o Monte Ararat está lá, encarnando o paradoxo armênio. Ele está lá, na fronteira fechada entre Turquia e Armênia, como para lembrar os três milhões habitantes desse pequeno país de que um dia eles já foram mais livres. Está lá, e quando os armênios o olham, lembram do que foi arrancado deles. Muito mais do que uma montanha, mas também ela faz falta. E, embora em território turco, ela é ainda a montanha deles. E ela está lá, a cada vez que alguém olha de algum canto da Armênia, e não os deixa esquecer.

Cronologia do Genocídio Armênio¹

1914

21/02: O Comitê União e Progresso (Ittihad) ordena o boicote ao comércio e indústria dos armênios no Império Otomano.

20/11: É publicada uma ordem de expulsão de todos os funcionários de origem armênia da administração pública otomana.

26/11: O Ministério da Guerra inicia a repartição de armas e munições entre os membros da “Teshkilat Mahsusa”, organização especial militarizada integrada por criminosos liberados ilegalmente das prisões turcas.

1915

12/02: Começam a desarmar os soldados armênios do Exército turco.

12/03: São feitas detenções em massa de armênios em Dortyol, sobre os quais dizia-se que iriam trabalhar na construção de estradas nas proximidades de Alepo. Nunca mais foram vistos.

20/04: A deportação dos 25.000 armênios de Zeitun foi concluída. No mesmo dia começam as detenções massivas em Diarbekir.

24/04: Na véspera da Páscoa, ao meio-dia, cumprindo ordens ilegais, com listas preparadas de forma detalhada, o governo dos Jovens Turcos prende e, no dia 25, deporta os líderes máximos religiosos, políticos e intelectuais da comunidade armênia em Istambul. Eles passam uma noite encarcerados em Mehder-Hané e depois são divididos em dois grupos. Cada um segue para

¹ Alguns trechos foram retirados de “DIÁRIO ARMÊNIA”. Especial 90^a Aniversario Genocidio Armênio 1915.,pp 10-29.

idades distintas, onde são esperados para ser assassinados depois de falsos julgamentos. Durante todo o mês de abril, as detenções continuam: 196 escritores, 168 pintores, 575 músicos, compositores, intérpretes e bailarinas, 336 médicos, farmacêuticos e odontologistas, 176 docentes e professores, 160 advogados, 62 arquitetos, 64 atores etc.

27/05: O Marechal alemão Otto Liman Von Sanders informa a Berlim que as deportações foram planejadas pelo governo, com a aprovação de todos os ministérios, e a execução fica a cargo dos governadores e da polícia.

28/07: Sabit, governador de Kharput, informa ao Ministério do Interior que as estradas estão cheias de cadáveres de mulheres e crianças e que não tem tempo para enterrá-los.

26/09: O ministro do Interior, Talaat, emite um regulamento com onze artigos, ratificado depois pelo Senado otomano, que legaliza o saque dos bens dos armênios organizado pelo Estado.

01/10: São “turquificados” 600 órfãos armênios em Herek.

07/10: Estima-se que tenham sobrevivido cerca de 360.000 armênios e que tenham sido assassinados 800.000. O resto da população Armênia está nas caravanas.

18/11: Talaat ordena que o governador de Aleppo seja cuidadoso no envio dos armênios ao deserto. Ele recomenda que os massacres sejam realizados em lugares muito ocultos.

11/12: Talaat ordena a prisão de jornalistas que preparavam informes sobre o genocídio e tiravam fotos dos acontecimentos.

1916

10/03: O governo de Alepo envia um informe ao Ministério do Interior, em Constantinopla, dizendo que 75% dos armênios tinham sido assassinados.

17/03: Realizam-se grandes matanças nos campos de concentração de Rãs-iul-ain (50 mil) e Der-el-Zor (200 mil)

14/08: Informa-se que, por acumulação dos cadáveres de 200 mil armênios, houve um desvio do curso do rio Eufrates nas proximidades de Der-el-Zor.

04/10: O embaixador interino Radowitz informa ao chanceler Theobald Von Bethman Hollweg que dois milhões de armênios foram deportados e que somente 325 mil sobreviveram.

1918

28/05: A Armênia proclama sua independência após vencer as batalhas de Sardarabad, Bach-Abaran e Karakiliná contra os turcos.

11/10: Quatro dias depois da queda de Talaat Paxá, o governo turco autoriza o retorno dos armênios a suas cidades.

04/11: O Parlamento do Império Otomano decide submeter a julgamento marcial os responsáveis do Comitê União e Progresso pelo genocídio

1919

05/07: Em Constantinopla, o Tribunal Marcial condena à morte Talaat Paxá, que estava foragido na Alemanha.

1920

24/08: Firma-se, em Moscou, um tratado de amizade e cooperação bolchevique-kemalista que dá aos turcos liberdade de ação com respeito à Armênia. A Rússia não interviria a favor dos armênios.

10/09: Os turcos kemalistas ordenam novas deportações de armênios que haviam retornado às cidades de Keotahia, Tavshan, Cesárea, entre outras.

23/09: A Turquia ataca a República da Armênia sem declaração de guerra prévia.

1921

15/03: O estudante armênio Soghomón Tehlirian mata Tallat Paxá, que estava foragido em Berlim.

27/06: Os turcos iniciam uma ofensiva final contra Zeitun e matam todos os sobreviventes

1922

09/09: Os kemalistas invadem a cidade de Ismirna. Saqueiam e cometem assassinatos e incendeiam o bairro armênio (Hainotz).

1923

31/03: Pela Lei Nº 319 da República Turca, todos os turcos que foram condenados como criminosos de guerra por algum Tribunal Militar foram declarados inocentes.

24/09: Publica-se uma Lei que proíbe para sempre o retorno dos armênios aos territórios da Turquia. O patrimônio cultural segue sendo saqueado.

Definição de GENOCÍDIO²

O termo “genocídio” foi criado pelo jurista Raphael Lemkin, um judeu nascido na Polônia, após a Segunda Guerra Mundial, ao combinar as palavras gregas *Genos* (raça) e *Cide* (matança). O que diferencia o genocídio de um massacre é a intenção de exterminar um grupo nacional, étnico, racial ou religioso pelo simples fato de as pessoas que o compõe pertencerem a esse grupo. E exterminar o grupo significa exterminá-lo por inteiro. Homens, mulheres, crianças e idosos, não há quem esteja a salvo desse crime. Todos os membros do grupo são vistos como suspeitos, representam perigo. E dois que sobrevivam têm a possibilidade de dar continuidade ao grupo, então é necessária uma aniquilação total.

É por isso que, por essência, um genocídio é um crime premeditado.

Segundo a resolução 260 (III) A da Assembléia Geral da ONU realizada no dia nove de dezembro de 1948:

Artigo II: Na presente convenção, se entende por genocídio qualquer dos atos mencionados, perpetrados com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, como tal:

- (a) Matança de membros do grupo
- (b) Lesão grave à integridade física ou mental dos membros do grupo
- (c) Submissão intencional do grupo a condições de existência que acarretem sua destruição física, total ou parcial.
- (d) Medidas destinadas a impedir o nascimento no seio do grupo
- (e) Traslado a força de crianças do grupo a outro grupo

Se a Convenção for analisada literalmente, alguns dos pontos permitem interpretações que desviariam o termo “genocídio” da sua essência. Foi a fim de evitar que o termo se banalizasse que, primeiramente em 1978, e, posteriormente, em 1985, especialistas em ciências humanas se reuniram para analisar esse conceito e concluíram que deveriam modificá-lo para algo mais reduzido: genocídio é a destruição intencional, parcial ou total, de um grupo humano como tal.³

O crime de genocídio, contudo, continua tendo o caráter imprescritível previsto pela conferência de 1948. Além disso, a lei que pune o genocídio é retroativa, ou seja, ela

² www.un.org

³ TERNON, Yves. Les Arméniens. Histoire d'un genocide.,pp 323

pode condenar genocídios que aconteceram antes de ela entrar em vigor –o que ocorreu na punição do genocídio comandado por Hitler.

A Armênia e o Império Otomano

“E, no sétimo mês, no vigésimo sétimo dia do mês, parou a arca de Noé sobre os montes da Armênia”. (Gen.8, 4)

Olho: Segundo a tradição, eles são filhos de Noé, o monte onde pousou a arca é o Ararat e a região é considerada o berço da humanidade.

Para o povo armênio, a história bíblica de Noé, que construiu uma arca a mando de Deus para salvar a raça humana, faz parte da criação da Armênia. Segundo a tradição, eles são filhos de Noé, o monte onde pousou a arca é o Ararat e a região é considerada o berço da humanidade.

Para os historiadores e arqueólogos, a história desse povo tem início antes do ano 552 a.C., primeira vez em que o nome “Armênia” aparece registrado em documentos históricos.⁴

Ela é uma síntese da história européia e das antigas civilizações orientais. Em três milênios de existência, sempre habitaram aos pés do monte Ararat, uma região localizada entre o Oriente e o Ocidente, cenário de muitas guerras, conquistas e disputas imperiais. Situada no planalto montanhoso entre a Anatólia (hoje Turquia oriental) e o Irã, a região já foi conquistada pelos persas, romanos e árabes, e sofreu influências dos hurritas, assírios, cimerianos, frígios, citas, medos e mesmo dos persas. O povo armênio é, portanto, oriundo da mistura de todos esses povos e dos autóctones uratianos.⁵

Coadjuvantes da história, os armênios sempre estiveram no meio de grandes acontecimentos que, quando estudados na escola, sempre são atribuídos a outros povos. Estabeleceram laços com a cultura helênica, e o contato com os persas e os árabes criou uma forte mistura entre a cultura ocidental e oriental, que até hoje é característica dos armênios. Conquistaram a Mesopotâmia, Síria, Palestina, Cilícia e Capadócia em 95 a.C. Foi preciso o envio de Pompeu, por parte dos romanos, para que

⁴ SAPSEZIAN, Aharon. História da Armênia: drama e esperança de uma nação, pp 22

⁵ MARTINS, A. H. Campolina. Armênia, um povo em luta pela liberdade: o mais longo genocídio da história. In: “Dossiê – Direitos Humanos, pp 143

estes conquistassem de volta os territórios perdidos. Participaram das cruzadas ao lado dos cristãos europeus.

Mas a maior conquista desse povo foi ter conseguido preservar sua cultura, língua e identidade mesmo em meio a tantas invasões e ocupações de seus territórios.

Religião e língua

O maior fator de agregação do povo armênio durante os séculos foi a Igreja Apostólica Armênia, que se manteve independente das outras igrejas cristãs, assegurando assim a manutenção da cultura do seu povo e do alfabeto armênio, criado no século IV d.C por Mesrop, posteriormente à conversão dos armênios ao cristianismo.

Já em 301, os armênios adotaram essa religião, tornando-se o primeiro reino oficialmente cristão do mundo. Os Patriarcas da Igreja Armênia eram quem, ao longo do tempo, faziam as negociações políticas com os Impérios que circundavam o território armênio. E, durante o período em que eles estavam submetidos às ordens do Império Otomano (ou Império Turco-Otomano), eram eles os chefes do *millet* armênio - comunidades criadas com critérios étnicos e religiosos, responsáveis pela gestão de seus assuntos internos – e possuíam um papel fundamental na garantia dos direitos da comunidade.

Foi essa organização e relativa independência que possibilitou a sobrevivência da cultura armênia e a manutenção do cristianismo, em uma região dominada sobretudo pelos muçulmanos.

Nem no período em que a Armênia se transformou em uma República Soviética conseguiram impedir que a Igreja funcionasse e continuasse a exercer esse papel de protetora da identidade do povo.

Dessa forma, a Igreja para os armênios não só representa o aspecto religioso. Ela representa também a sobrevivência política de toda uma nação. Ela não representa apenas a proteção espiritual, ela representa também a segurança física, efetiva. Ela representou, por séculos, o Estado que a nação armênia só formaria pela primeira vez em 1918.

Os armênios no Império Otomano

No século XI, ocorreu a primeira invasão do território armênio pelos turcos seldjúcidas, o que levou o povo armênio, pouco a pouco, a se mudar para a província bizantina da Cilícia, onde já havia colônias armênias.

De 1080 a 1375, a região vive um período de independência, liberdade e prosperidade. Nessa época, aquele território ficou conhecido como Nova Armênia, Pequena Armênia ou Armênia Ciliciana. Apesar do fim como nação independente, a população armênia dessa região lá permanecerá e viverá pelos séculos seguintes, cultivando a cultura e as tradições.

Será apenas no início do século XVI, mais de cinquenta anos após a tomada de Constantinopla por Mehmed II em 1453, que a região conhecida como Armênia será invadida pelos turcos otomanos e integrada ao Império Otomano (ou Império Turco-Otomano).

Os armênios, tendo sido submetidos aos otomanos, tiveram que se adaptar a algumas novas regras. Como em toda teocracia islâmica, o Estado otomano estabelece entre os muçulmanos e não-muçulmanos uma discriminação sancionada pela lei e pelo imposto. Aos integrantes das minorias não-muçulmanas era atribuído o status de *zhimmis*, que concordava em manter a ordem e pagar tributos em troca de proteção.⁶ Um *zhimmi* não possui a mesma representatividade que um muçulmano perante a lei. Além disso, os impostos cobrados dos *zhimmis* eram muito mais altos do que os cobrados dos muçulmanos. Essa é uma das razões pelas quais o censo oficial otomano e o censo do patriarcado armênio obtinham resultados bastante diferentes, como veremos mais à frente.

Não se pode ocultar o fato, porém, de que, em última análise, o regime reduzia todos os súditos não muçulmanos a cidadãos inferiorizados civil e juridicamente, visto que sujeitos a interdições legais e a obrigações fiscais decorrentes de sua condição de *guiavur* (infiel).⁷

Esse regime discriminatório foi, em certos períodos, relativamente leve e até inexistente. Nesses momentos, a comunidade armênia gozava de respeitável liberdade política. Em outros períodos, os *zhimmis* eram perseguidos. Foi assim durante o período em que Abdul-Hamid governou o Império, iniciado em 1876, quando os armênios começaram a ser massacrados.

Um pouco antes da chegada de Abdul-Hamid ao poder, o sultão Abdul-Medjiid havia feito reformas nacionais – conhecidas como *tanzimat* - em 1839, estabelecendo os mesmos direitos para todos, sem distinção de raça nem religião.

É preciso buscar nessa lei a origem da formação de movimentos nacionais emancipacionistas em todo o Império Otomano. Com os armênios não foi diferente. A elite intelectual armênia começou a se organizar, a partir do século XIX, com a certeza de que havia chegado a hora de se tornar um estado independente.

⁶ TERNON, Yves. Op. cit., pp 31

⁷ SAPSEZIAN, Aharon. Op.cit., pp 65

A formação de uma comunidade armênia na Rússia bastante independente, e o conseqüente renascimento cultural provocado por ela, ajudaram a despertar a consciência nacional armênia.

É esse o cenário encontrado por Abdul-Hamid quando da sua chegada ao poder.

Os massacres hamidianos

A sucessão de episódios que ficaram conhecidos como massacres hamidianos foi apenas uma amostra do que o Império Otomano podia fazer com as minorias. Durante o governo do sultão Abdul-Hamid, inúmeros massacres ocorreram, mas o apogeu dessa situação se deu em 1895, ano que ficou marcado pela morte de 300 mil armênios.

O governo atacava a população armênia sem motivo. Em todos esses casos ocorridos em 1895, com exceção de um, não houve uma ação violenta por parte dos armênios, que pudesse justificar uma represália do Império Otomano. A comunidade armênia não foi quem incitou a violência.

As causas dos massacres eram claras: Abdul-Hamid sabia que uma eventual tentativa de revolução por parte dos armênios do Império Otomano poderia significar a intervenção dos russos, que tinham interesses nos territórios ocupados pelos armênios. Por isso, Hamid resolveu que ia acabar com a questão armênia, massacrando não só insurgentes como civis.

Para alguns pesquisadores do assunto, como Antônio Henrique Campolina Martins, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, esse foi o início do genocídio armênio. Em seu artigo “Armênia, um povo em luta pela liberdade: o mais longo genocídio da história”, Campolina argumenta que este foi o genocídio mais longo da história, pois começou em 1878, com o início da questão armênia, passou pelo grande massacre de 1895, foi prolongado pela traição dos Jovens Turcos entre 1905-1907, atingiu o seu ponto mais crítico em 1915, com as deportações e os massacres organizados pelos Jovens Turcos, e só terminou entre 1921-1923, quando não só os armênios como os gregos foram vítimas dos turcos.⁸ Vahakn Dadrian, um dos maiores especialistas em história do genocídio armênio, considera que eles foram vítimas de diversos genocídios: em 1895-1896, 1909, 1915, 1922 e mesmo 1920, quando as tropas kemalistas tentaram invadir a Armênia com a intenção de aniquilar a população.⁹

Para outros, como por exemplo, Yves Ternon, em seu livro “Les Arméniens”, na edição de 1996 (na primeira edição, de 1977, ele havia dito o contrário), os massacres hamidianos não podem ser considerados genocídio, pois não tinham como princípio a aniquilação do povo armênio. Para Ternon, o sultão quis punir os armênios e dissuadi-los de tentar chamar a atenção das potências européias para intervir no Império. Ele

⁸ MARTINS, A. H. Campolina. Op.cit, pp 140

⁹ TERNON, Yves. Op.cit., pp 374 nota 59.

temia que as potências pudessem ajudar os armênios a conseguir a independência, que começava a ser desejada por alguns movimentos revolucionários armênios ainda em gestação.

Por isso, qualificar de genocídio os acontecimentos de 1895 é enfraquecer o conceito, banalizá-lo. O melhor termo para classificar os massacres de 1895-1896, seria, então, “massacres genocídicos”.¹⁰

Mas uma coisa é unanimidade entre todos os autores: os massacres hamidianos revelam a vulnerabilidade da população armênia face a um programa governamental de destruição.

Os Jovens Turcos

O despotismo de Abdul-Hamid provocou descontentamento entre os próprios turcos. Enquanto o sultão governava, jovens estudantes com formação europeia comandavam, do exílio, uma organização secreta chamada Ittihad ve Terakki, ou Partido União e Progresso, cujos membros ficarão conhecidos como Jovens Turcos.

O partido pretendia modernizar o Império Otomano, criando uma nova estrutura política e institucional na qual, a exemplo do modelo suíço, as diferentes nacionalidades existentes no império vivessem em igualdade e harmonia.¹¹

Em um conclave feito em Paris em 1902, os Jovens Turcos defenderam o "otomanismo", que para eles significava uma visão mais igualitária da sociedade. Com o tempo, os mesmos Jovens Turcos substituirão esse "otomanismo" por uma visão nacionalista e xenófoba.

Ahmed Riza, um dos idealizadores do movimento, já do início mostra esse caráter nacionalista do partido ao descrevê-lo como “liberal, sim; porém, antes, turco”.¹²

Em 1908, os Jovens Turcos fazem uma revolução e obrigam o sultão a restabelecer a Constituição de 1876, que havia dado aos armênios e às outras minorias religiosas existentes no Império Otomano igualdade política e jurídica. A ação, que contou com o apóio da comunidade armênia, é acolhida pelo povo –seja pelos turco-otomanos, seja pelas minorias religiosas - com grande aprovação e festa. Os armênios acreditam que é o fim dos maus tempos, que massacres como os promovidos pelo sultão Abdul-Hamid agora pertencem ao passado.

O governo era liderado por um triunvirato formado por Enver Paxá, ministro da Defesa, Talaat Paxá, ministro do Interior, e Djemal Paxá, ministro da Marinha. Os

¹⁰ TERNON, Yves. Op.cit, pp 127

¹¹ SAPSEZIAN, Aharon. Op.cit.,pp 111

¹² SAPSEZIAN, Aharon. Op.cit., pp 112

três seriam condenados, posteriormente, pelos atos que cometeram contra a minoria armênia.

Ao assumir o poder, porém, Niazi Bei, um dos membros da Ittihad, faz uma declaração que já desperta suspeita por parte de alguns. Ele diz que o novo regime se compromete a garantir as liberdades das nacionalidades e das religiões minoritárias, mas estas deverão renunciar de vez a todas as suas antigas aspirações –ou seja, à independência.¹³

Mas será somente em Adana, em 1909, que os armênios compreenderão que nada havia mudado.

Adana, 1909

Em alguns meses após a chega dos Jovens Turcos ao poder, o Império Otomano perdeu mais territórios do que o fez Abdul-Hamid em trinta anos. Em outubro de 1908, a Bulgária proclama sua independência. Ao mesmo tempo, Creta volta a pertencer à Grécia e a Áustria conquista a Bósnia-Herzegovina. O desespero dos Jovens Turcos face a um império que começa a desmoronar e o ódio contra as minorias cristãs adquirido pelos militares designados a lutarem nas fronteiras contra os separatistas dos Balcãs são um dos principais motivos que farão a Ittihad a adotar medidas drásticas contra a população armênia. Esse ódio é compartilhado por milhares de turcos que se vêem obrigados a deixar suas casas na região balcânica, em 1912, após a derrota otomana na região, e migrar para a Anatólia –região tradicionalmente habitada por armênios.

Mas as hostilidades começam a aparecer já em 1909, quando um armênio se envolve em uma briga de rua em Adana e mata dois turcos. Foi o estopim para uma verdadeira retaliação por parte do governo: em dez dias, a violência toma conta de Adana e das cidades vizinhas, como Tarsus, Inyerlik, Misis, Hamidié, Abdul-Oglú e outras. Vinte e cinco mil armênios foram mortos, quase cinco mil casas foram queimadas e cerca de duzentas aldeias foram destruídas.

O episódio de Adana é um divisor de águas: a idéia de que o Império Otomano deve ser somente turco se espalha entre os governantes e parte da população otomana. O sentimento antiarmênio se intensifica.

Mas o Comitê União e Progresso vai esperar até a entrada do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial ao lado do Império Alemão e do Império Austro-Húngaro, formando a Tríplice Aliança, em 1914, para executar o plano de extermínio dos armênios que viviam em território otomano, com a certeza de que nenhuma potência irá interferir.

¹³ TERNON, Yves. Op.cit., pp 113

O plano de extermínio

É difícil saber quando exatamente os Jovens Turcos tomaram a decisão de acabar com o povo armênio. Alguns historiadores afirmam que a decisão de cometer o genocídio armênio foi adotada já em 1910, no Congresso de Salônica do Comitê União e Progresso dos Jovens Turcos, onde teria sido proposto ao Congresso o extermínio total dos armênios do Império Otomano.¹⁴

Para Yves Ternon, a existência de um plano de extermínio é comprovada por uma circular interna do Império que relata uma reunião secreta de dirigentes do Comitê União e Progresso. Este documento é intitulado “Documento relativo à organização de massacres dos armênios pelo Comitê União e Progresso – os dez mandamentos do Comitê União e Progresso”.

Segundo o documento, esses são os dez mandamentos:

1. Proibir todas as associações armênias, prender aqueles armênios que tiverem, a qualquer momento que seja, trabalhado contra o governo, enviá-los às províncias, como Bagdá ou Mossoul, e eliminá-los no caminho ou chegando ao destino.
2. Confiscar as armas
3. Excitar a opinião muçulmana por meios apropriados e adaptados em distritos como Van, Erzeroum ou Adana, onde já é fato que os armênios adquiriram ódio dos muçulmanos, e provocar massacres organizados, como fizeram os Russos a Bakaou.
4. Para fazer isso, é preciso confiar na população de Erzeroum, Van, Mamouret-ul-Aziz e Bitlis, e somente usar as forças militares para manter a ordem de maneira ostensiva para por termo aos massacres, e, usar essas mesmas tropas para ajudar ativamente os muçulmanos nas regiões de Adana, Sivas, Brousse, Ismid e Esmírnica.
5. Tomar medidas para exterminar todos os homens com menos de cinquenta anos, os padres e as professoras de escola. Permitir a conversão ao Islã das moças e crianças.
6. Deportar a família daqueles que tiverem conseguido escapar de maneira a cortar todos os seus laços com a cidade natal.
7. Alegando que os funcionários armênios poderiam ser espíões, excluí-los absolutamente de todos os cargos ou serviços relevantes para a administração do Estado.
8. Exterminar todos os armênios que se encontrem no exército da maneira que convenha. Esse serviço deve ser confiado aos militares.
9. Executar essas medidas em todos os lugares ao mesmo tempo para que eles não tenham tempo de tomar atitudes preventivas.
10. Respeitar a natureza estritamente confidencial dessas instruções, que não devem ser conhecidas por mais de duas ou três pessoas.¹⁵

¹⁴ DIÁRIO ARMÊNIA. Especial 90ª Aniversario Genocídio Armênio 1915, pp 9

O motivo pelo qual os Jovens Turcos decidiram massacrar os armênios é bastante complexo. Para Carlos Bedrossian, mestre em história armênia, o Império Otomano adotou o princípio de guerra total, isto é, limpeza étnica, no qual é necessário acabar com os inimigos internos para conseguir enfrentar os inimigos externos. Os armênios ocupavam uma região estratégica no Império Otomano e formavam um grupo com uma identidade própria bastante forte. A possibilidade de eles poderem se rebelar e lutar pela independência era algo que assustava os dirigentes do império, especialmente após a derrota nos Bálcãs.

Além disso, Bedrossian ressalta o fato de que os armênios formavam uma espécie de elite econômica e intelectual no Império Otomano. Isso favorecia a incitação do ódio em parte da população civil otomana, que ajudou a saquear o comércio e casa dos armênios, instalando-se nelas após a partida forçada desse povo nas caravanas organizadas pelos soldados turcos.

O fato de serem cristãos também não despertava muita simpatia dentro de uma teocracia muçulmana. Além disso, o interesse que os armênios despertavam especialmente na Inglaterra e na Rússia era visto como uma constante ameaça à soberania do Império Otomano, que poderia ser invadido a qualquer momento a fim de garantir a segurança e até mesmo independência dos armênios.

Por fim, o início da desintegração do império acentuava ainda mais o nacionalismo do governo e a necessidade de acabar com as minorias do império –seja impondo-lhes a identidade turca, seja pondo fim a todos que pertenciam àquele grupo.

¹⁵ Esse documento é citado por Arthur Beylerian, Vahakn N. Dadrian, Yves Ternon, Richard Hovannisian e Cristopher J. Walker

O GENOCÍDIO

“Ao que parece, foram exterminadas três quartas ou quatro quintas partes da nação, e não consta de caso algum na história, certamente que não desde o tempo de Tamerlão, em que se tenha cometido um crime tão horrendo e em tão grande escala”.

Lord Bryce, em discurso proferido na Câmara dos Lordes em 6 de outubro de 1915¹⁶

“O estado desta gente indica a sorte dos que partiram e acham-se prestes a partir daqui. Creio que nada se sabe deles, e provavelmente muito pouco se saberá. O sistema que se tem seguido parece ser o de ter bandos de curdos a espera deles nas estradas, matar os homens especialmente, e alguns dos outros incidentalmente. O movimento todo parece ser o massacre mais completamente organizado e eficiente que já se viu neste país”.

Relatório do Comitê Americano¹⁷

¹⁶ BRYCE, James Lorde ; TOYNBEE, Arnold. Atrocidades turcas na Armênia em 1915 : denúncias de grandes personalidades., pp 21

¹⁷ BRYCE, James Lorde; TOYNBEE, Arnold. Op.cit, pp 52

Deportação, desolação e morte

23 de abril de 2006. Na avenida Tiradentes, zona norte de São Paulo, uma igreja construída com pedras acinzentadas chama a atenção de quem passa por ali naquele domingo ensolarado. Parece um dia atípico no vistoso templo religioso: faixas de protesto estão colocadas na frente do edifício, ao lado de coloridas coroas de flores.

Dentro da igreja, as pessoas cantam em armênio e ouvem com atenção quando os clérigos discursam sobre acontecimentos que ocorreram há 91 anos. O cheiro forte de incenso cria uma atmosfera oriental, acentuada pela arquitetura da igreja e seus adornos: afrescos detalhados em verde e vermelho, pesados lustres de cristais que iluminam a igreja com uma luz fraca, porém quente. Vitrais coloridos permitem a entrada de outra parcela de luz. Mesmo assim, a igreja é bastante escura.

No canto esquerdo, perto da porta, velas brancas de todos os tamanhos ardem em memória dos que se foram. Algumas pessoas – especialmente idosos - ajoelham-se na frente delas e rezam baixinho.

A cerimônia é intrigante para quem está lá pela primeira vez. De tempos em tempos, um sino toca, fecham-se as grossas cortinas, mas os arcepristes e o bispo continuam a rezar na língua armênia.

No final da cerimônia, as pessoas vão deixando a igreja lentamente. Os mais jovens carregam as coroas de flores, enquanto os clérigos seguem na frente, levando uma cruz. Os outros acompanham atrás, com o sol forte queimando a pele, ao ser absorvido pelas vestes negras que a grande maioria usa, em sinal de luto.

Atravessam a larga avenida carregando faixas que exigem justiça, mesmo que ela venha 91 anos depois. Chegam em um monumento, onde uma chama queima vivamente, lembrando o memorial do genocídio armênio, localizado em Erevan, capital da Armênia. As flores são depositadas sob os dizeres: “Mesmo que acorrentem meus pés, amarrem minhas mãos, tapem minha boca, meu coração gritará por liberdade”, escrito pelo poeta Katchatur Apovian.

Todos rezam e cantam em armênio. Pedem por aqueles que morreram há 91 anos. E querem que a justiça seja feita

24 de abril de 1915. Seiscentos intelectuais armênios são presos em Istambul e transportados para perto de Angorá (hoje Ankara), onde, segundo uma lista organizada previamente pelo Ministério do Interior, são divididos em dois grupos. Cada um segue para cidades distintas, mas o destino é o mesmo: a morte. Seja ela direta, assassinados pelos soldados turcos logo no início da viagem, seja ela indireta,

de fome, frio e doenças, em uma das caravanas armênias rumo ao deserto de Der-el-Zor, na Síria (ver mapa na pág. XXXXX). O Ministério do Interior não fornece nenhuma explicação para essas prisões.

Esse é o dia que ficou marcado para as comunidades armênias espalhadas pelo mundo como a data do início do genocídio. Os armênios acreditam que o Império Otomano quis, através do extermínio dos intelectuais, acabar com a cultura e a identidade armênias. Queriam, dessa maneira, enfraquecer essa minoria para exterminá-los mais facilmente.

Apesar de a data ter sido adotada como o dia para homenagear todas as vítimas do genocídio, a prisão dos intelectuais não foi o primeiro ato dos Jovens Turcos contra os armênios, e não será o último. Já em janeiro de 1915, as autoridades otomanas haviam decretado o desarmamento dos soldados e dos policiais de origem armênia do Império Otomano. Após entregarem as armas, eles eram reunidos em pequenos grupos de cinquenta a cem pessoas, e enviados a locais onde realizavam trabalhos forçados, como abertura de estradas. Acontecia que, aqui e ali, eram conduzidos em grupos de quatro a um lugar discreto e executados.¹⁸

Além disso, o governo nacionalista da Ittihad (partido dos Jovens Turcos) espalhava uma mensagem clara pelo Império, que acabou convencendo a opinião pública da época: o sucesso na guerra dependeria do extermínio de uma nação que havia traído os turcos, pois queriam a independência e, se eles estavam fracassando na Primeira Guerra Mundial, a culpa era dessa traição.

Zeitun

Foi com esse espírito que foi realizada a segunda grande ofensiva do governo contra a minoria armênia. No final de fevereiro, 32 habitantes da cidade de Zeitun atacam policiais turcos que eles acreditavam ter violentado jovens armênias. Era a oportunidade que o governo esperava para acabar com Zeitun, uma cidade fortificada localizada sobre colinas. Pelo fato de concentrar muitos armênios e manter-se isolada, a cidade era considerada potencialmente perigosa pelo Império Otomano. No dia 24 de março de 1915, 500 soldados turcos chegam à cidade e tentam invadir o mosteiro onde os 32 jovens estavam escondidos. Na noite do dia seguinte, os jovens conseguem fugir e matar cerca da metade dos soldados turcos.

Porém a Ittihad não deixará esse episódio passar sem punição: no dia oito de abril, o governo anuncia o início da deportação dos habitantes de Zeitun que, dia após dia, têm que abandonar suas casas, deixando a cidade completamente deserta.

¹⁸ TERNON, Yves. Op.cit., pp 231

Dos 8 mil habitantes da cidade e 17 mil armênios dos vilarejos próximos, cerca de 8 mil foram enviados à região de Konia. Os outros foram obrigados a caminhar rumo ao deserto sírio de Der-el-Zor.¹⁹

Deportações

Zeitun foi o laboratório do genocídio que se seguiria. O que lá ocorreu no início de abril tomou proporções nacionais. O destino do povo de Zeitun foi o destino de todo o povo armênio que vivia no Império Otomano. Após Zeitun, ordens muito parecidas foram dadas aos armênios de diversas cidades: Marash, Deurt-Yol, Hadjin, Van, Erzeroum, Bitlis, Kharpout, Sivas, Diarbékir, Trébizonde e todas os vilarejos que as circundavam.

No dia 27 de maio, a “Lei provisória de deportação” é promulgada para legalizar a prática que já ocorria no Império ordenada por Talaat Paxá, então Ministro do Interior. Essa lei permitia a deportação de civis suspeitos de traição ao Império ou espionagem, sem mencionar explicitamente os armênios. Mas era exatamente esse grupo que Talaat tinha em mente quando pensava em deportação.

De maneira geral, o processo se dava assim: o governo escolhia uma cidade e ocupava suas ruas. Os homens armênios eram intimados a se apresentar ao serviço militar, sob pena de morte, e eram levados pela polícia turca para fora da cidade. Logo na saída, bandos de curdos e milícias armadas pelos Jovens Turcos os esperavam e os roubavam e, não raramente, os matavam.

As mulheres armênias, os velhos e as crianças, que ainda se encontravam na cidade, recebiam então uma ordem de deportação, que em geral era feita em questão de poucos dias. A eles não era permitido levar bens materiais e poucos conseguiam carroças para ajudar no transporte. As lojas eram pilhadas pelos muçulmanos, que também se apropriavam das casas dos armênios que foram obrigados a partir.

Os policias diziam que eles seriam deslocados a outras cidades, onde poderiam construir uma nova vida. Mas muitos, já na saída da cidade tinham o mesmo destino dos homens: eram massacrados pelos soldados turcos ou por bandidos que aguardavam, no caminho, para roubar, violentar e matar as caravanas armênias quando elas passassem. Os que sobreviviam a esse primeiro ataque organizado pelos bandos armados eram obrigados a caminhar durante dias sem destino, sem comida e sem água.

Relatos

¹⁹ TERNON, Yves. Op.cit, pp 237

No livro “Atrocidades Turcas na Armênia”, Lorde James Bryce e Arnold Toynbee coletam testemunhos, ainda em 1915, de missionários e civis estrangeiros que presenciaram os horrores da deportação. Bryce, embaixador irlandês responsável pela publicação de um estudo encomendado pela coroa britânica, em 1915, sobre o massacre dos armênios (Blue Book), e Toynbee, um dos maiores historiadores do final do século XIX e início do século XX, não publicaram os nomes dos envolvidos nem das cidades onde os fatos ocorreram para não prejudicar ninguém, pois as deportações ocorriam ao mesmo tempo em que os testemunhos eram publicados. Todos eles contêm elementos muito parecidos, que permitem entender como se davam as deportações e mostram que o real objetivo delas não era a preocupação com a segurança da população armênia, e sim o extermínio dessa nação:

“Toda a manhã os carros iam gemendo para fora da cidade carregados de mulheres e crianças, misturadas com um homem aqui e ali que havia conseguido escapar das precedentes deportações. As mulheres e crianças iam todas vestidas à turca para não ficarem expostas aos olhares dos carroceiros e gendarmes, gente brutal trazida de outras regiões. O pânico na cidade era terrível. O povo compreendia que o governo estava determinado a exterminar a raça armênia e que esta não tinha os meios de lhe resistir. O povo sabia também que estavam sendo assassinados os homens e raptadas as mulheres. Muitos dos forçados das prisões tinham sido postos em liberdade e as montanhas em volta achavam-se cheias de bandos de facínoras. A maioria dos armênios do distrito achava-se sem meio algum de se defender. Muitos diziam que era pior do que um massacre. Ninguém sabia o que estava por vir, mas todos tinham um pressentimento de que se aproximava o final. Os próprios ministros e chefes não tinham palavras de esperança para animá-los. Muitos começavam a duvidar da existência do próprio Deus”.²⁰

Alguns relatos trazem informações sobre como era a vida dos deportados ao longo do caminho. Eles são unânimes em relatar o péssimo estado físico e mental em que os armênios se encontravam, e a violência com que eram tratados pela polícia turca.

“Se fosse simplesmente uma questão de ser obrigado a sair daqui para ir a qualquer outro ponto não seria tão mau; todos sabem, porém, que é uma questão de ir para a morte. Qualquer dúvida que tenha havido a respeito acha-se já esclarecida pela

²⁰ Relatório do Comitê Americano, In BRYCE, James Lorde ; TOYNBEE, Arnold. Atrocidades turcas na Armênia em 1915 : denúncias de grandes personalidades, pp 39

chegada de várias turmas, totalizando alguns milhares de pessoas, de Erezoum e Erzindjan”.

*(...) Acham-se quase sem exceção, esfarrapados, imundos, famintos e doentes. Nada disso é de estranhar, se considerarmos que caminhavam pelas estradas sem mudar de roupa, sem meios de se lavar, sem abrigo e com o pouco o que comer. O governo tem-lhes dado aqui umas magras rações. Estive os observando uma vez em que lhe estavam trazendo comida. Animais silvestres não poderiam ser piores. Atiravam-se aos guardas que a traziam, e esses repeliam-nos à paulada, batendo a valer, a ponto de chegar a matar. Quem os visse custar-lhe-ia crer que esta gente era composta de seres humanos. Quando se passa por este acampamento, as mães oferecem os filhos, implorando para que os levem. Efetivamente os turcos têm escolhido essas crianças e raparigas para escravos ou coisa pior. Têm mandado seus médicos para examinar as raparigas, para ficarem com as melhores”.*²¹

Deserto

Mas coisas ainda piores estavam reservadas aos que conseguiram sobreviver às marchas forçadas: o deserto da Anatólia (região de Konia) e o deserto da Síria (região de Der-el-Zor). Eram esses lugares o destino final dos armênios, e ninguém podia sair vivo de lá. Em fevereiro de 1916, apenas a região de Der-el-Zor contava com 300 mil armênios, vivendo nas piores condições. Eles, que segundo o governo turco foram transportados para que criassem novas colônias, não possuíam nenhum meio de produção, nem dinheiro. Não conseguiam plantar no deserto e morriam de desnutrição e sede.

Os policiais turcos contribuía com a desgraça: obrigavam os armênios a entrarem dentro de cavernas e jogavam fogo dentro delas. Estupravam as mulheres e seqüestravam ou vendiam as crianças.

Passados vários anos, foram descobertos, nessa região, milhares de cadáveres que ficaram ali sem serem enterrados. Uma igreja armênia erguida no local conserva os ossos dos que morreram.

Número de mortos

Mas afinal, quantos foram os mortos? Historiadores, armênios e turcos divergem sobre esses números. Segundo as estatísticas do patriarcado armênio, em 1914 viviam 2,1 milhões de armênios no Império. Já o censo oficial otomano indica que os armênios eram 1,295 milhão. O número total de mortos oscila entre 1,5 milhão (segundo os

²¹ BRYCE, James Lorde ; TOYNBEE, Arnold. Op.cit., pp 50/51

armênios) e 800 mil (número reconhecido em 1919 pelo Ministro do Interior turco, confirmado pelo historiador turco Bayur e aceito por Mustafá Kemal).²²

Tabela comparando a população armênia que vivia em determinadas províncias do Império Otomano em 1914 e o que restou dela em 1922²³

Nome da Região	População em 1914	Deportados ou mortos	População em 1922
Erzerum	215.000	213.500	1.500
Van	197.000	196.000	500
Diarbekir	124.000	121.000	3.000
Kharput	204.000	169.000	35.000
Bitlis	220.000	164.000	56.000
Sivas	225.000	208.200	16.800
Trebizond	73.390	58.390	5.000
Anatólia Ocidental	371.800	344.800	27.000
Cilícia & Norte da Síria	309.000	239.000	70.000
Turquia européia	194.000	31.000	163.000
TOTAL	2.133.190	1.745.390	387.800

Se forem consideradas as informações admitidas pelo governo turco, 62% da população armênia que vivia no Império Otomano em 1914 morreu em um curto período de sete anos. Se considerarmos os dados armênios, esse número sobe para 71%. Que se considerem os 800 mil proposto pelos turcos ou 1,5 milhão pedido pelos armênios, o

²² DADRIAN, Vahakn. The Naim-Andoniam Documents on the World War I. Destruction of Ottoman Armenians: the Anatomy of a Genocide, pp 334

²³ Fonte: Museu do Genocídio em Erevan.

fato é que uma nação inteira quase foi exterminada em nome do nacionalismo turco-otomano.

VOZES ARMÊNIAS

“Mesmo que acorrentem meus pés, amarrem minhas mãos, tapem minha boca, meu coração gritará por liberdade”.

Khatchatour Apovian, poeta armênio
(1805 -1848)

AGOP, ou um sobrevivente

“Eu tenho 106 anos. Quando isso aconteceu, eu tinha 15. Você se dá conta?”

O que fizeram para que matassem todos os armênios? Isabel permaneceu muda. Como se tivessem culpa por terem sido massacrados.

Quem vê Agop Euianián hoje não imagina o que ele já teve que enfrentar. A fragilidade de seu corpo delgado, de finos braços e aparência cansada, esconde uma força capaz de sobreviver aos mais duros golpes que a vida pode reservar.

Deitado em sua cama, hoje Agop completa 106 anos. Quando conseguiu escapar do genocídio armênio, tinha apenas 15. E durante esses 91 anos, Agop pensa constantemente no que teria acontecido se tivesse ficado na Turquia.

Sua família era de Tarsus, cidade próxima a Adana e à Síria. Foi lá onde passou uma infância despreocupada, filho de prósperos comerciantes. Até 1909, quando os Jovens Turcos mataram 25 mil armênios nas cidades de Adana, Tarsus, Inyerlik, Misis, Hamidié, Abdul-Oglú e outras. Foi um duro golpe.

Quando em julho de 1908, o Comitê União e Progresso, ou Jovens Turcos, um partido nacionalista que fazia oposição ao regime do sultão Abdul-Hamid, fez uma revolução e conseguiu impor uma constituição para o Império, todos vibraram. As minorias, ou millets, como eram chamados, foram às ruas por acreditar que era o fim do período hamidiano, marcado pelas repressões e massacres promovidos pelo sultão contra as minorias que viviam no território do Império. Em 1896, Abdul-Hamid já havia massacrado 300 mil armênios.

E agora, estavam desiludidos. Os mesmos Jovens Turcos, que tinham sido apoiados pelos armênios por defender reformas que melhorariam a vida dos millets e trariam modernização para o império, mostravam agora uma face nacionalista e violenta.

Massacre

Agop se lembra que, na época, cabeças de armênios eram cortadas e expostas em praça pública. Seu pai tapava seus olhos na esperança de conservar o que ainda lhe restava de inocência.

Quando começaram a massacrar os armênios da região de Adana, inclusive de Tarsus, eles fugiram para Síria uma primeira vez. Depois sentiram que as coisas estavam mais seguras e voltaram, pois não queriam abandonar as terras e a casa. Mas a convivência com os vizinhos tornava-se difícil, havia um clima hostil da parte dos turcos.

Em 1915, um segundo golpe. Souberam que estavam deportando armênios de todo o território do Império. Então resolveram ir embora, dessa vez, para nunca mais voltar. Deixaram para trás a casa, os carneiros, a pátria, e a história que tinham construído ali, e seguiram em direção à Síria: ele, seu pai, sua mãe, seu irmão Toros, de 20 anos e seu primo Serbando, de 17. Foi a coisa mais importante que fez na vida. De seus vizinhos e amigos que ficaram, raríssimos sobreviveram.

Fuga

Fugiam à noite. Às vezes, cavavam a terra e entravam dentro de buracos para se proteger das bombas. Afinal, era a Primeira Guerra Mundial e o Império Otomano lutava na guerra. Foram subornando os soldados pelo caminho: quem tivesse dinheiro, passava.

Agop se recorda da noite em que trocaram moedas de ouro pela liberdade de sua família. Haviam, enfim, chegado à fronteira com a Síria.

Ficaram em Aleppo (capital da Síria) durante dois anos, trabalhando como sapateiros. O tempo suficiente para conseguir juntar dinheiro e comprar uma passagem. Quando subiram no barco, não sabiam para onde estavam indo. O importante era fugir.

E, então, chegaram à Itália. Por mais seis meses, continuaram juntando dinheiro como sapateiros. Um dia, seu irmão mais velho lhe disse que já tinha dinheiro suficiente, e que então ia para a “América”. Agop não queria deixá-lo sozinho. Resolveu ir com ele.

Para eles, a “América” era a terra prometida, lugar de riqueza e liberdade. Em 1922, embarcaram no vapor Indiana esperando desembarcar nos assim chamados Estados Unidos. Acabaram chegando na Argentina.

Novo continente, vida nova

Os irmãos continuaram fazendo aquilo que sabiam melhor fazer: confeccionar sapatos. E foi com esse dinheiro que conseguiram trazer, um de cada vez, seu pai, mãe, tios e primos, até que a família se encontrasse reunida novamente, dessa vez em Buenos Aires.

Hoje, Agop vive em Rosário. Teve seis filhos, nove netos e quatro bisnetos. Dos que conseguiram fugir com ele naquelas madrugada de 1915, sobraram apenas retratos, os quais ele beija com carinho, ao mostrar as figuras de sua família. Repete a data de morte de cada um, como em um canto melancólico. Zanga-se com a quantidade de perguntas sobre aquela época. Tem 106 anos e aquilo foi há muito tempo, mas as pessoas não o deixam esquecer.

A verdade é que ele mesmo não consegue esquecer. Seus seis filhos cresceram ouvindo histórias sobre a crueldade dos turcos, que abriam os ventres das grávidas e cortavam os fetos com a espada. E essas histórias eram contadas em língua turca, a língua falada por Agop, a língua falada por seus filhos.

Há alguns dias, ele perguntou à sua filha Isabel por que os turcos tinham feito aquilo. O que fizeram para que matassem todos os armênios? Isabel permaneceu muda. Foi a primeira vez que seu pai mostrava-se tão vulnerável e inconformado. Como se tivessem culpa por terem sido massacrados.

Agop está tomado pela dor. Seus ossos doem profundamente e há cerca de um ano ele passa os dias deitado numa cama. A dor o está levando lentamente, não o deixa mais raciocinar da mesma maneira. Gosta de relembrar, em espanhol, de uma viagem de navio que fez ao Rio de Janeiro. Ou mesmo de quando esteve em Nova Iorque. Das coisas da Turquia, já falou demais. Quando era mais jovem, contava, contava, contava. Contava a todos que perguntassem. Hoje, já não quer mais falar.

E ele geme de dor.

LÚCIA e LEVON, ou o destino dos órfãos:

Dois órfãos, uma história em comum, a continuação de um povo

Ao longo do caminho, assistiu à morte de centenas de pessoas. Escapou de ser raptada por um beduíno que passava a cavalo

Lúcia e seus familiares eram todos vivos no início de 1915. Nessa época, a pequena menina de cinco anos não sabia que, dentro de pouco tempo, só lhe restariam uma irmã e um irmão.

Ela nasceu na cidade de Fernuz, próximo a Zeitun. Era a quarta filha numa família de sete: Vartuhi, Stepan, Iscui, ela, Melcon, Harutiun, Semaguil, e Moisés, que havia acabado de nascer.

Lembra-se que freqüentava uma escola bem próxima à sua casa, e que já começava a aprender o alfabeto armênio.

Um dia, como em outros tantos relatos coletados de sobreviventes armênios, receberam uma ordem: teriam que deixar a casa e todos os seus pertences. O governo dizia que os levaria para outra cidade, onde estariam mais seguros e poderiam começar uma nova vida.

Dessa maneira, seus seis irmãos, pais, tios e a própria Lúcia entraram na longa caravana dos deportados: marchavam interminavelmente, marchavam sem rumo.

Caravanas da morte

Passaram pelas cidades de Marash, Mersin e Islania, antes de chegar ao terrível deserto sírio de Der-el-Zor, ponto final dos que tinham conseguido sobreviver à dura marcha, que às vezes durava meses. Der-el-Zor ficou conhecido como o local mais sangrento do genocídio. Lá, eles colocavam fogo nas pessoas já moribundas de fome, sede e acometidas por doenças. Ou então as matavam a tiros.

Lúcia enfrentou tudo isso. Durante a caminhada, não tinha o que comer e não podia parar para beber água, se não os soldados turcos atiravam.

Além disso, o sol escaldante durante o dia e o frio intenso durante a noite enfraqueciam todos diariamente.

Ao longo do caminho, assistiu à morte de centenas de pessoas. Escapou de ser raptada por um beduíno que passava a cavalo, graças à sua mãe e ao seu pai, que o expulsaram a pauladas. Presenciou o afogamento de amigos e familiares, ao tentarem atravessar o rio Eufrates a nado.

Quando chegaram a Islania, conseguiram se estabelecer por algum tempo em aldeias curdas, onde puderam plantar e tomar leite. Lúcia tomava conta de uma criança árabe, enquanto as mulheres mais velhas costuravam para os soldados. Foi lá que morreu seu pai, em consequência da fome e de doenças que contraiu ao longo do caminho.

Foi também em Islania que assistiu à chegada das tropas britânicas, que os salvou, levando-os a Bagdá.

Salvação

Foi nessa cidade que voltaram a ser humanos: tomaram banho, receberam roupas e comida. Foi nessa cidade também que perdeu a mãe. Os irmãos ela não consegue se lembrar onde morreram. Sobraram apenas Iscui, mais velha do que ela, e Melcon, um pouco mais novo.

Cada um foi para um orfanato diferente: Iscui foi para Aleppo, na Síria, Melcon ficou num orfanato da Ugab (União Geral Armênia de Beneficência, uma entidade internacional criada para ajudar os armênios mais necessitados), em Beirute, e Lúcia esteve primeiramente num orfanato em Mersina, e depois foi transferida para Beirute, também para um orfanato da Ugab. Lá ficou até 1926. Nessa época, já tinha 16 anos e se apaixonou por Levon, um rapaz armênio que havia morado no orfanato da Ugab em Aleppo.

Outro sobrevivente

Levon também havia sido uma vítima do genocídio. Nascera em 1908 e, quando criança, morava em Zeitun, cidade armênia fortificada, localizada no topo de uma montanha. Os habitantes da cidade são conhecidos, até hoje, por terem resistido bravamente à tentativa de deportação pelos turcos. Era das poucas cidades armênias que tinham armas no Império, apesar de elas serem proibidas ao grupo. Durante alguns dias formaram uma resistência armada, mas não agüentaram por muito tempo. Alguns sobreviventes conseguiram fugir, os outros engrossaram as filas das caravanas que rumavam a Der-el-Zor e Konia. Dos cerca de 25 mil habitantes da província de Zeitun e suas vilas, sobreviveram ao deserto apenas 1.050 pessoas. Levon era um deles. Dos 40 familiares que moravam com ele em Zeitun, apenas o irmão mais velho, Sarkis, ainda estava vivo ao final da Primeira Guerra Mundial.

Em 1926, Levon fora a Beirute encontrar com duas primas e Sarkis, que moravam na cidade. Em uma visita ao orfanato da Ugab, conheceu Lúcia e resolveram se casar.

A Ugab costumava oferecer algumas moedas de ouro para que seus jovens comesçassem a vida. Os dois fizeram uma promessa de usar somente o mínimo necessário para sobreviver. Quando pudessem, devolveriam o que haviam poupado à Ugab. Cerca de sessenta anos depois, já no Brasil, cumpriram o prometido.

Tiveram seu primeiro filho, Nichan, em maio de 1927; em agosto, resolveram tentar a vida no Brasil, influenciados pela carta escrita por um amigo contando que já havia conseguido comprar uma casa em São Paulo.

Brasil

Chegando aqui, Levon tentou todos os tipos de trabalho: vendeu limonada, amendoim, foi mascate no interior de São Paulo e trabalhou na construção do edifício da Faculdade de Medicina da USP, onde viria a se formar seu filho Nichan, vinte e sete anos mais tarde.

O casal teve outros três filhos. Alguns anos depois, Levon mudou de ramo e passou a fabricar sapatos.

Em 1972, Levon e Lúcia foram a Zeitun e lá reviveram o passado com tudo o que havia de bom e de ruim nele. Foram momentos de grande emoção, que, posteriormente, estiveram sempre presentes em suas vidas.

A irmã de Lúcia, Iscui, também veio ao Brasil e casou-se. Melcon, irmão de Lúcia, foi para a Armênia após sair do orfanato e lá passou a vida inteira. Morreu em Erevan.

Levon e Lúcia tiveram 11 netos e 22 bisnetos. No dia 24 de janeiro de 1984, Levon sentou-se para ler a bíblia, fechou os olhos e nunca mais acordou. Lúcia continua viva e lúcida e, aos 96 anos, pensa diariamente em Levon.



LUSINÊ , ou uma visão da Armênia

“Houve uma época em que ter um filho homem era sinônimo de vingança contra os turcos. Tanto que existe um nome em armênio, ‘Vrej’, que significa “vingança”. É assim que o genocídio faz parte das nossas vidas, é em tempo integral”.

“Qual a diferença entre alguém de 32 anos na Turquia e eu? Eu vi documentos, ouvi depoimentos, minha avó me contou sobre o genocídio. Por que ela mentiria? Para mim, é parte da minha vida, eu sei o que aconteceu. Eles não”.

Em Erevan, capital da Armênia e cidade natal de Lusinê, a lembrança do genocídio está por toda a parte. Não somente por meio de monumentos, que homenageiam os mártires e não deixam ninguém esquecer. A lembrança está nas pessoas. Na Armênia, não existe ninguém que não tenha sido atingido por isso. Se não foi um avô, foi um tio, um bisavô, ou a família inteira. Ele faz parte do dia-a-dia, ele simplesmente ainda está lá.

No dia 24 de abril, data que ficou marcada como o início do genocídio, quando o governo turco mandou prender cerca de 600 intelectuais armênios em Istambul, dos quais muitos foram deportados e, posteriormente, assassinados, Erevan pára.

Fecham-se as avenidas. As crianças não vão para a escola. Ninguém precisa combinar nada. Naquele dia, todos conhecem seus deveres.

Logo pela manhã, uma multidão marcha silenciosamente até o memorial do genocídio armênio, composto por 12 grandes placas verticais posicionadas em forma de círculo, representando 12 províncias que foram perdidas para a Turquia. No centro, arde uma chama eterna.

A comoção é geral. Cada um traz de casa flores para colocar dentro do círculo. Pede-se que levem no máximo três, pois o monumento fica repleto de uma camada delas, com cerca de 1,5 metro de altura.

Num dia 24 de abril, Lusinê levou sua filha Eleonora, atualmente com cinco anos, para prestar homenagem às vítimas do genocídio. A pequena levou um cartãozinho ao monumento, sem nada entender. Sua mãe explicou-lhe que elas estavam lá contra pessoas más que fizeram coisas muito ruins para pessoas boas. E era preciso estar lá para que isso não se repetisse nunca mais.

Lusinê tem sensação de mágoa constante. Para ela, o que dá mais dor é o fato de a Turquia não reconhecer o genocídio. Alguns de seus compatriotas ainda lutam para

que a Turquia devolva as terras onde os armênios historicamente viviam. Mas Lusinê não acredita que essas terras um dia voltarão a pertencer ao seu povo. Ela só quer o reconhecimento.

E acredita que a Turquia não reconhece, pois não quer aparecer diante do mundo como o Estado que massacrou uma nação inteira. Mas só existe esse único caminho. Para ela, mesmo se for penoso, eles vão ter que passar por isso. Cedo ou tarde, isso vai explodir. E eles não vão poder mais negar.

Filha do cônsul armênio em São Paulo, Lusinê encara a realidade como alguém que entende o quanto podem ser difíceis e frágeis as relações diplomáticas. Ela vê a questão armênia de uma maneira dura, porém realista. Sabe do quanto depende de fatores geopolíticos para que seu sonho de ver a Turquia pedindo perdão pelo que fez com seus avós se torne verdade. Tem consciência que não será pela justiça do mundo que verá o reconhecimento do genocídio. Se houver reconhecimento, será porque as grandes potências terão interesse que assim aconteça. Ela se sente uma marionete nas mãos dos grandes países.

E ela sabe o quanto é desequilibrada a disputa entre o pedido de reconhecimento e o negacionismo do Estado turco: enquanto a Turquia é um forte aliado norte-americano, uma aliança com a empobrecida República da Armênia não é muito vantajosa para os Estados Unidos, ainda mais se isso implicar (e implicaria) na perda de um de seus maiores aliados muçulmanos, situado em uma região estratégica do planeta: entre dois continentes.

Lembranças

Lusinê carrega consigo algo que compartilha com a grande maioria dos armênios ou descendente de armênios: terríveis histórias familiares, que geralmente envolvem violência, deportações, fugas ou morte.

No caso dela, recorda com precisão uma cena que costumava presenciar quando criança: sua avó paterna, criada em Igdır por seus bisavós, que eram ricos comerciantes, às vezes pegava o pão na frente de Lusinê e o beijava. E dizia o quanto eram abençoados por ter aquilo para comer. Eram os resquícios da fome que passou enquanto tentava fugir para salvar sua vida. Essa cena a comovia e ainda a comove.

Apesar de todo o sofrimento passado por sua família, Lusinê acredita que o povo turco, hoje, não tem culpa por negar o genocídio. A escola os ensina que nunca houve um episódio como esse em território turco. E vai além: culpam os armênios pelas mortes ocorridas naquele período. Diz que eles eram perigosos separatistas e que estavam ameaçando a paz do Império. Ou pior: que eles eram traidores, haviam se aliado aos russos e estavam prontos para lutar contra os turcos. De qualquer forma, alegam que

houve mortes dos dois lados e que nunca houve intenção alguma de exterminar todo um povo.

Adaptação

Há cinco anos, Lusinê vive no Brasil. No primeiro ano, chorava todos os dias. Demorou a se acostumar. Hoje, não é mais sua adaptação que a preocupa, e sim, o excesso de adaptação de sua filha Eleonora, de cinco anos.

Eleonora fala português e armênio perfeitamente. Mas na Armênia, sempre perguntam por que a menina canta ao falar. Os brasileiros sabem a explicação. É uma menina alegre e inteligente, fala com orgulho de suas origens maternas –armênicas, e das paternas –russas. Mas o futuro de Eleonora preocupa Lusinê, e o pai de Lusinê. Quando se vem de um país de apenas 3,1 milhões de pessoas, com taxa de crescimento zero, como a Armênia, cada habitante fora do país faz falta. E Eleonora está faltando na Armênia.

Um dia, o pai de Lusinê disse que precisavam ir embora. Eleonora precisa crescer na Armênia. Ele não se conforma. Como Lusinê vai perder a Eleonora como armênia? E quando ele fala, ela pensa nisso, não acha que é uma loucura. É algo que realmente a preocupa.

Garbis, ou a esperança

“Por incrível que pareça, o genocídio é um dos fatores que mais somam para a nossa agregação, na identificação um com o outro. Não é tanto a cultura, mas é o genocídio como um elo mais forte entre todos os armênios.”

“É muito injusto carregar uma história que é renegada. Quando a Turquia renega essa história, ela renega minha avó, meu avô, meu núcleo mais próximo, minha família.”

Sempre se sentiu armênio. Pouco importa que seu pai nascera na Grécia e sua mãe, na Argentina. Tampouco, que ele próprio era brasileiro de nascimento. A terra de seus quatro avós o fascinava. E essa terra possui nomes que, só de serem pronunciados, nos remetem a lugares longínquos: Hadjin, Urfa, Adana.

Para ele, cultivar a identidade armênia é uma paixão. Desde pequeno ouvia falar da sua nação. E ouvia falar em armênio, sua língua materna. Enquanto outros jovens se divertem no tempo livre, Garbis trabalha. Com 25 anos, já é diretor do Clube Armênio, trabalha na escola armênia, organiza um grupo de jovens e mantém contato com pessoas do mundo inteiro, que, assim como ele, sentem-se mais armênias do que norteamericanas, francesas ou libanesas. Mas Garbis é minoria. É minoria e sabe disso. Sabe, mas não quer contribuir para o ‘djermag tchart’, ou massacre branco, como dizem em armênio.

Pois houve um dia um ‘garmir tchart’ (massacre vermelho), do qual foram vítimas seus avós e bisavós. No qual seu povo foi quase extinto. Por causa do qual hoje existem mais armênios espalhados pelo mundo do que na diminuta República Armênia. E responsável pelo fato de Garbis hoje viver em São Paulo, e não ao lado das paisagens formadas pelo Monte Ararat.

O ‘djermag tchart’ nada mais é do que consequência daquele ‘tchart’ ocorrido em 1915. O massacre sem derramamento de sangue, para o povo armênio, é quase tão grave quanto aquele sofrido pelos seus antepassados, pois ele significa a perda da identidade como grupo, através da assimilação de outras culturas pelos filhos da diáspora.

Mas já foi pior. Houve uma época em que esses mesmos filhos da diáspora carregavam o peso de 4.000 anos de cultura e história. Eram os únicos que podiam conservá-los. Quando, em 1991, a Armênia tornou-se independente após 71 anos pertencendo à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), veio o alívio. Hoje, existe



esperança, pois eles possuem um país, e ali está representado o futuro do armênio como povo. Garbis sabe que essa é a única chance de futuro. E ele tem esperança.

Independência

A independência da Armênia -mesmo que ela não ocupe seus territórios históricos, mesmo que ela seja hoje a menor das antigas Repúblicas Soviéticas, mesmo passando por uma guerra contra o Azerbaijão pelo território de maioria armênia de Nagorno-Karabakh - trouxe novo ânimo para as gerações armênias que cresceram longe das terras de seus antepassados. Num movimento inverso àquele feito pelos seus avós e bisavós, que, ao reconstruir suas vidas, preferiram calar-se sobre o passado, aqueles meninos e meninas que traziam um “ian” no sobrenome e cresceram ouvindo lendas sobre a região onde teria pousado a arca de Noé resolveram voltar-se para a sua história.

O grande vácuo cultural deixado pela geração que sofreu o genocídio, para quem às vezes era doloroso demais falar sobre o assunto ou mesmo cantar canções de suas terras, começa a ser substituído por uma vontade maior de busca das origens. Mas infelizmente, esse vácuo durou tempo demais, e muitos já não entendem o interesse de tal busca.

Espírito de sobrevivência

Garbis já esteve na Armênia duas vezes. Foi concretizar tudo aquilo que, até então, fazia parte apenas da sua imaginação. Lá, sente-se em casa. Para os nascidos no país, ele é um ‘aghparig’, ou irmão da diáspora. Diferente de ‘aghper’, ou irmão da Armênia. Diferente, mas não muito.

Para Garbis, o que mais o marcou naquele país foi poder descobrir o quanto ele se identifica com o povo, apesar de ter nascido na ‘América’. E entender que, no fundo, existem questões que unem todos eles, seja onde for que eles estiverem. E a principal delas é o genocídio. É o elo maior entre todos os que vivem na diáspora. E ele vê com uma certa ironia o fato de o evento que quase acabou com seu povo e produziu milhares de desenraizados, hoje ser o elemento que mais os agrega, que mais os fazem se identificar uns com os outros.

Acredita que o que sempre os uniu foi o espírito de sobrevivência. Pois a Armênia sempre esteve rodeada de poderosos vizinhos e reergueu-se das cinzas incontáveis vezes. Ele pensa com a sabedoria de um povo que conta sua história aos milênios, e não aos séculos. Para quem a história pós-genocídio é ainda muito recente, e a perda das terras e de seu principal símbolo, o Monte Ararat, ainda não faz muito sentido. Há

4 mil anos que aqueles contornos pertencem a eles. Pensando assim, o que são 88 anos?

Garbis é otimista. Acredita que verá reconhecido pelos turcos o que fizeram à sua nação. E não apenas à nação, mas à humanidade. Pois ao perpetrar o genocídio, eles não lesaram simplesmente a um povo, nem somente a famílias e histórias pessoais. Eles lesaram ao homem, e ao direito mais natural, que é a vida. E enquanto eles negarem o genocídio, estarão renegando o sofrimento do avô materno de Garbis, que conseguiu escapar para a Grécia logo em 1915; da sua avó materna que fugiu para Síria e depois, para a Argentina; de um milhão e meio de pessoas, que ficaram ao longo do caminho. E por isso, para corrigir essa injustiça, um dia, a Turquia há de reconhecer.

Ele tem esperança.

A RECONSTRUÇÃO

“Eu gostaria de ver algum poder do mundo destruir essa raça, essa pequena tribo de pessoas não importantes, cujas guerras foram todas lutadas e perdidas, cujas estruturas desmoronaram, literatura não é lida, música não é ouvida, e preces não são mais atendidas. Vá em frente, destrua a Armênia. Veja se consegue fazer isso. Mande-os para o deserto sem pão nem água. Queime suas casas e igrejas. Depois veja se eles não vão rir, cantar e rezar novamente. Pois quando dois deles se encontrarem em algum lugar do mundo, veja se eles não vão criar uma nova Armênia.”²⁴

William Saroyan, em
“The Armenian and The
Armenian”, do livro “Inhale
and Exhale”, 1936

²⁴“I should like to see any power of the world destroy this race, this small tribe of unimportant people, whose wars have been all fought and lost, whose structures have crumbled, literature is unread, music is unheard, and prayers are no more answered. Go ahead, destroy Armenia. See if you can do it. Send them into the deserts without bread or water. Burn their homes and churches. Then see if they will never laugh, sing or pray again. For when two Armenians meet anywhere in the world, see if they will not create a new Armenia.”

O pós-genocídio

26 de maio de 1918. Os sinos de todas as igrejas tocam para anunciar a vitória armênia contra o Império Otomano, na batalha de Sardarabad. Eles já haviam vencido outras duas batalhas contra os turcos: Gharakilissé e Bach-Aparan. Nesse mesmo dia, a Armênia proclama a sua independência.

A volta de cerca de 150 mil refugiados armênios, em 1918, sob o comando do partido Federação Revolucionária Armênia, havia trazido novas esperanças aos que viviam na parte oriental do império e dava forças para uma tentativa de defender seu território contra a dominação turca.

A primeira República Armênia, porém, dura pouco. Em 1920, sob ameaça de ser invadida pela Turquia, a Armênia decide negociar com Moscou sua entrada na União Soviética. Será o início de um regime que durará 70 anos e que vê com maus olhos a luta pelo reconhecimento do genocídio. Todos esses anos sob a União Soviética vão impor à Armênia um silêncio quase total sobre o assunto, que teria sido quase esquecido não fosse a diáspora.

De fato, foram as comunidades armênias espalhadas por todo o mundo, conseqüência do período despótico de Abdul-Hamid e do genocídio de 1915, que começaram a fazer barulho no cenário internacional e pedir o reconhecimento do genocídio por parte dos turcos. Para ter uma idéia da importância da diáspora, mais da metade dos armênios e descendentes vive hoje fora da República da Armênia, que conta com cerca de três milhões de habitantes, dos quais 95% são de origem armênia. Eles estão espalhados especialmente pela antiga União Soviética, Oriente Médio, França, América do Norte e América do Sul. Existem mais de um milhão de armênios morando na Rússia (dados de 2002), e mais dois milhões espalhados pelas antigas Repúblicas Soviéticas. Cerca de 400 mil nos EUA (2000), 400 mil no Irã, 250 mil na França, 140 mil no Líbano, 190 mil na Síria, 50 mil na Turquia, 100 mil na Argentina, 70 mil na Jordânia, 9 mil em Jerusalém, e ainda existem comunidades no Uruguai, Canadá, Egito, Grécia, Venezuela, Chile, Costa Rica, México, Índia e Mianmar. No Brasil, o grupo é estimado em 30 mil.

Hoje, existem órgãos que possuem um papel importantíssimo na luta pelo reconhecimento do genocídio armênio pela Turquia e pelo mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Comitê Nacional Armênio da América (Armenian National Committee of America ou ANCA) recebe grandes doações para lutar pela manutenção de uma Armênia livre e, também, para atuar junto ao poder federal, estadual e local a fim de obter o reconhecimento do genocídio por parte dos Estados Unidos.

Na França, o Comitê de Defesa da Causa Armênia (Comitê de Défense de la Cause Arménienne ou CDCA) também exerce uma importante influência política dentro do próprio país e na União Européia.

Foi graças a esse tipo de pressão exercida pelos filhos da diáspora que, hoje, Uruguai, Argentina, França, Áustria, Austrália, Chipre, Alemanha, Grécia, Iugoslávia, Suécia, Rússia, Bulgária, Bélgica, Líbano, Lituânia, Países Baixos, Polônia, Eslováquia, Canadá, Suíça e Itália, Vaticano, e 26 Estados norte-americanos, além das Nações Unidas e do Parlamento Europeu, reconheceram os massacres de 1915 como genocídio. A Armênia, como não poderia deixar de ser, também integra essa lista. No Brasil, apenas o Estado de São Paulo e a cidade de Fortaleza o reconhecem.

Enquanto isso, em Istambul...

Após sucessivas derrotas na Primeira Guerra Mundial, os Jovens Turcos deixam o poder em outubro de 1918 e os principais responsáveis pelo genocídio armênio fogem do país, principalmente para a Alemanha. Izzet Paxá é nomeado o novo “gran vizir” do Império.

O novo governo decide organizar um tribunal para julgar os acusados de cometer o genocídio armênio. Grandes quantidades de provas contra Talaat Paxá, Enver Paxá e Djemal Paxá são reunidas e, em 1919, os três ex-dirigentes do Império Otomano e mais 1.374 pessoas são consideradas culpadas pelas perdas sofridas pelos armênios. A grande maioria –incluindo Talaat, Enver e Djemal - é condenada à morte, porém, a essa altura, os três já se encontram longe demais para ser capturados. A sentença, entretanto, será executada por sobreviventes do genocídio: em março de 1921, um estudante armênio chamado Salomon Teilirian mata Talaat Paxá em Berlim. Em 1915, Teilirian morava na cidade de Erzyngian, no Império Otomano, quando a família recebeu uma ordem de deportação. Três dias depois, os soldados levaram a população para fora da cidade e começaram a massacrá-la. Mataram seu pai, sua mãe, seus dois irmãos e suas três irmãs –uma apenas após violentá-la. O próprio Teilirian levou uma machadada na cabeça e caiu inconsciente. Ficou sob os corpos da família por algumas horas, talvez dias. Quando finalmente acordou, percebeu que ninguém mais sobrevivera. Sofria distúrbios psíquicos desde então.

O processo de Teilirian na República de Weimar transformou-se, na verdade, no julgamento do genocídio armênio e ficou conhecido no mundo como o “Processo Talaat Paxá”.²⁵ Teilirian, que corria o risco de pegar pena capital, foi absolvido.

No ano seguinte, dois outros armênios –Bedros Der Boghossian e Ardachès Kevorkian - matam Djemal Paxá em Tíflis. Enver Paxá é morto pelos bolcheviques em 1922.

²⁵ Um genocídio em julgamento: o processo Talaat Paxá na República de Weimar, pp 7

No dia 17 de outubro de 1919, na Conferência da Paz em Paris, a Turquia admitiu explicitamente os massacres contra os armênios e a responsabilidade dos dirigentes turcos. Izzet Paxá declarou que se produziu contra os armênios “delitos que fazem tremer para sempre a consciência humana”.

Mas como falar em negacionismo turco se eles admitiram em duas situações diferentes que eram responsáveis pelos massacres (naquela época não existia ainda a palavra genocídio)?

Com razão, até a chegada de Mustafá Kemal ao poder, em 1923, o Império Otomano marchava rumo ao reconhecimento do genocídio, comandado pela opinião pública otomana. Mas Kemal encontrará uma maneira de transformar os armênios, de vítimas dessa história, em vilões do império.

O negacionismo

Mustafá Kemal, herói militar turco e antigo membro do Comitê União e Progresso, aboli o sultanato em 1922 e, no ano seguinte, proclama a República Turca, da qual é eleito presidente no mesmo ano. Durante os próximos quinze anos que comandará a Turquia, Mustafá Kemal Atatürk, ou pai dos turcos, vai modernizar o país, separando a religião do Estado, instaurando o casamento civil e dando às mulheres o direito do voto.

O governo de Kemal, entretanto, é baseado no populismo e no nacionalismo. A fim de manter o que restou do Império Otomano, Kemal vai criar uma nova identidade turca, da qual o genocídio armênio não pode fazer parte. Durante o seu governo, as provas coletadas pelo tribunal de 1918 desaparecerão, as penas atribuídas aos organizadores e executores do genocídio serão anuladas e os arquivos do Império Otomano ficarão fechados para qualquer pesquisador, especialmente para os estrangeiros.

A versão sustentada pelo governo turco passa a ser a seguinte: houve uma guerra civil entre armênios e turcos provocada pelos primeiros, e ambos os lados sofreram fortes perdas. Essa seria a razão das deportações dos armênios levadas a cabo pelo Império Otomano.

Em 1931, a Sociedade de História turca é fundada e defende a seguinte posição: “a expatriação das raças armênias e gregas da Anatólia permitiu a criação de um Estado nacional turco e a formação de um corpo social turco completo no interior desse Estado.”²⁶

Ao longo dos anos, alguns historiadores turcos ou propagandistas do Estado turco escrevem obras negando a existência de uma Armênia histórica e a existência de armênios no Império Otomano, afirmando que as deportações foram provocadas pelos

²⁶ TERNON, Yves. Op.cit., pp 343

próprios armênios, pois estes traíram os otomanos ao fazerem alianças com a Rússia a fim de obter a independência. Há mesmo quem afirme que os armênios tentaram organizar um genocídio contra os turcos dentro do Império Otomano.

O livro “Reivindicações Armênicas e Fatos Históricos” escrito pelo Centro de Pesquisas Estratégicas de Ancara, em 1998 e distribuído pelo consulado honorário turco no Rio de Janeiro, enumera dez respostas para negar alguns pontos da história armênia e do Império Otomano apresentados pela maior parte dos historiadores e armênios.²⁷ Segundo o livro, por exemplo, as deportações foram uma medida necessária para manter o controle do império durante a Primeira Guerra Mundial.

“Nessas circunstâncias –enquanto os russos avançavam por uma ampla frente no Oriente, enquanto a guerrilha armênia espalhava a morte e a destruição, atacando a retaguarda dos exércitos otomanos e enquanto os Aliados vinham também invadindo o Império com uma ampla frente que se estendia desde a Galícia até o Iraque - a decisão otomana de deportar armênios das zonas de guerra foi uma medida moderada, inteiramente legítima e de autodefesa”.²⁸

Mesmo se houvesse realmente uma ameaça à soberania otomana por parte dos armênios, basta olhar o mapa para perceber que a maioria dos armênios não era habitante de uma zona de guerra. A maior parte das cidades e aldeias de onde foram sistematicamente deportados para a morte não se achava nas proximidades das fronteiras do império.

O livro ainda tenta justificar a morte dos armênios deportados:

“Dos aproximadamente 700 mil armênios que foram transportados dessa forma até o início de 1917, certamente algumas vidas se perderam –como resultado tanto de atividades militares em grande escala, quanto por atos de bandidagem ocorridos nas áreas por onde passaram e também como consequência da insegurança geral e das contendas existentes entre certas forças tribais que afluíam quando as caravanas passavam por seus territórios. Além disso, as deportações e o assentamento de armênios deportados ocorreram numa época em que o Império sofria com severa escassez de combustível, comida, remédios e outros recursos e era assolado pela fome e por epidemias em grande escala”.²⁹

²⁷ Existem alguns acadêmicos, especialmente turcos ou ocidentais ligados à história do Império Otomano, que negam o genocídio armênio. Dentre eles, o mais famoso é Bernard Lewis. Porém existem intelectuais turcos que reconhecem o genocídio, como Halil Berkay e Ohran Pamuk. Historiadores como Eric Hobsbawm e Marcello Flores reconhecem o genocídio.

²⁸ CENTRO DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS. Reivindicações armênicas e fatos históricos., pp 31

²⁹ CENTRO DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS. Op.cit., pp32

Segundo o historiador Mümtaz Soysal, da Universidade de Ancara, a região da Anatólia, um dos destinados para onde eram levados os armênios deportados enfrentava um período terrível de escassez que levou à morte milhares de pessoas – tanto turcos quanto armênios. Contudo, para ele, essa tragédia não pode ser chamada de genocídio, pois lhe falta o elemento essencial para que seja qualificada como tal: a intenção em si de destruir o grupo étnico armênio.³⁰ Ele ainda explica por que a Turquia não reconhece o genocídio armênio:

“Admitir o genocídio sob estas circunstâncias seria admitir uma inverdade. Significaria, também, aceitar um afronte, um insulto ao povo turco, cujo passado está repleto de exemplos de tolerância e boa vontade para com outras comunidades religiosas. É um insulto a uma nação que até hoje deseja continuar esta coexistência pacífica com a comunidade armênia em seu território, numa república unitária. Significaria, ainda, admitir as conseqüências de uma propaganda unilateral e a persistência de uma hostilidade entre dois povos. Nós não nutrimos nenhum tipo de sentimento hostil contra os armênios. Admitir a existência do genocídio seria admitir, também, a necessidade de um pedido de perdão coletivo perante a história - uma história sem mácula nesse aspecto, por parte do povo turco. Seria admitir reivindicações acerca do direito territorial na República Turca atual.”

O futuro da questão armênia e da Turquia

Além de o governo turco negar a existência do genocídio, ele ainda proíbe seus cidadãos de falarem sobre o assunto. A censura é praticada por meio do Artigo 301 da atual Constituição turca, segundo o qual toda pessoa que ofender o país ou o povo turco pode ser processada.

Desde que a lei entrou em vigor, em junho de 2005, mais de sessenta pessoas – geralmente intelectuais - já foram processadas pelo Estado turco.

Orhan Pamuk, turco que ganhou o prêmio Nobel de literatura em 2006, disse em uma entrevista para uma revista que “30 mil curdos e um milhão de armênios foram mortos nessas terras e ninguém ousa falar sobre isso exceto eu”. Por causa disso, Pamuk foi processado, mas as acusações foram posteriormente retiradas.

Em fevereiro de 2006, cinco jornalistas foram acusados após criticarem a decisão do Império Otomano, durante a Primeira Guerra Mundial, de fechar o tribunal que analisava o genocídio armênio. Quatro deles conseguiram a liberdade, enquanto um ainda enfrenta o tribunal. Se condenado, pode pegar até dez anos de prisão.

³⁰ CENTRO DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS. Op.cit, pp 50

Outra vítima do artigo 301 é a escritora Elif Shafak, que publicou um romance sobre a amizade entre uma criança turca e uma armênia. Foi acusada e teve que enfrentar o tribunal, grávida de seis meses, com o risco de pegar até três anos de prisão.³¹ Porém, em setembro, o promotor pediu a anulação do caso e Shafak encontra-se livre.

A existência de um artigo que impeça a liberdade de expressão é uma das grandes barreiras que a União Européia (UE) diz ver na entrada da Turquia para o grupo. Mas não é a única. O relatório divulgado no dia oito de novembro de 2006, que avalia se as exigências feitas pela UE à Turquia estão sendo cumpridas, traz fortes críticas não só em relação à falta de liberdade de expressão e liberdade de imprensa, como à falta de liberdade religiosa e ao não-reconhecimento do Chipre –um dos países-membro da União Européia- por parte do governo turco. Esta última crítica é a que mais pesa para o país ficar de fora da União.

Como se não bastasse a reprovação da UE pela lentidão do ritmo em que a Turquia, o primeiro-ministro francês, Jacques Chirac, em visita à Armênia no dia 30 de setembro de 2006, questionado se a Turquia deveria reconhecer o genocídio armênio para entrar na União Européia, respondeu:“honestamente, eu creio que sim”. E acrescentou:“todo país se engrandece ao reconhecer seus dramas e seus erros. Quando, acima de tudo, trata-se de se integrar num conjunto que reivindica o pertencimento a uma mesma sociedade e a crença nos mesmos valores, penso realmente que a Turquia seria bem inspirada, considerando sua história, sua natureza profunda, sua cultura que também é uma cultura humanista, de mudar sua posição. Poderíamos dizer que a Alemanha, que reconheceu a Shoah profundamente perdeu, portanto, crédito? Ela se engrandeceu. Nós poderíamos dizer a mesma coisa da França em outras circunstâncias e de tantos outros países ”.³²

Segundo reportagem do jornal francês “Libération”, do dia 12 de outubro, as declarações de Chirac provocaram uma reação negativa da Comissão européia, que respondeu, cerca de dez dias depois, que o reconhecimento do genocídio não é uma condição necessária para a adesão da turquia ao bloco. “Essa decisão (de abrir as negociações com Ancara) não prevê o reconhecimento do genocídio armênio como um critério de entrada na União Européia. De fato, de acordo com os novos critérios de adesão da UE, estabelecidos em 1993 e chamados de critérios de Copenhague, não consta no texto a necessidade do reconhecimento.

Mas não foi sempre assim. Na época da Comunidade Econômica Européia, bloco anterior à criação da União Européia, o Parlamento europeu havia decidido, em 18 de julho de 1987, que a recusa da Turquia em reconhecer o genocídio armênio constituía um obstáculo incontornável para a uma eventual adesão do país ao bloco.³³

³¹ FERRARI, Antonio. Io, perseguitata per una fiction. Corriere della Sera. Roma: 20 jul. 2006. Cultura. p. 26

³² Em Le Monde, Libération e RFI. 21/10/2006.« Honnêtement, je le crois ». Tout pays se grandit en reconnaissant ses drames et ses erreurs. Quand de surcroît il s'agit de s'intégrer dans un ensemble qui revendique l'appartenance à une même société et la croyance en de mêmes valeurs, je pense qu'effectivement la Turquie serait bien inspirée, au regard de son histoire, de sa tradition profonde, de sa culture qui est aussi une culture humaniste, d'en tirer les conséquences ».

³³TERNON, Yves. Op.cit, pp349.

Hoje, porém, aos olhos de Bruxelas, cidade-sede da Comissão Europeia, a Turquia começa a fazer esforços no sentido de tentar esclarecer o que aconteceu realmente em seu território durante a Primeira Guerra Mundial. Pela primeira vez na história, o governo turco permitiu a realização de uma conferência universitária que evocava o tema do genocídio.

Outro acontecimento que balançou recentemente o cenário político envolvendo França-Turquia e União Europeia foi a aprovação de uma lei que proíbe a negação do genocídio armênio na França, a Lei Gayssot. A Lei, que passou na Assembleia Nacional por 106 votos a favor (contra 19) no dia 12 de outubro, aguarda agora a aprovação no Senado. Ela prevê a pena de um ano de reclusão e o pagamento de uma multa de 45 mil euros.

A Turquia protestou contra a aprovação da Lei na França, ameaçando boicotar o comércio de produtos franceses no país. A União Europeia também rejeitou a posição adotada pela Assembleia francesa. De acordo com a Comissão Europeia, que havia exortado os deputados franceses a votarem contra a Lei, a aprovação deve complicar ainda mais as negociações, já bastante complicadas, para a adesão de Ancara.

Além disso, a lei provocou intenso debate das lideranças pró-armênias e lideranças pró-turcas. As opiniões quanto à Lei não foram unânimes nem dentro do grupo que reconhece o genocídio. Exemplo disso é o deputado do Partido Socialista francês Jack Lang, que foi o autor da Lei de 2001 para o reconhecimento do genocídio armênio pela França. Lang se posicionou contra a lei de punição a quem negar o genocídio, assim como Patrick Devedjian, deputado do principal partido de direita francês, UMP, e fervoroso ativista pró-Armênia. Os dois afirmaram que uma Lei como esta pode inibir pesquisas a respeito do assunto e atrasar as discussões que visam ao reconhecimento por parte da Turquia.

Outra figura pública que se posicionou contra a Lei foi Orhan Pamuk, escritor turco que ganhou o Prêmio Nobel de literatura no mesmo dia em que a Lei Gayssot foi aprovada pela Assembleia nacional. Pamuk é um dos poucos intelectuais turcos que reconhecem o genocídio abertamente. Segundo a “Folha de S. Paulo”, do dia 14 de outubro, ele chamou de “erro” a lei francesa, afirmando que ela contraria “a tradição do pensamento liberal e crítico do país”.

A notícia da aprovação foi bem recebida, no entanto, pela maior parte da comunidade armênia na França e em outros lugares do mundo, inclusive por Charles Aznavour que, em declaração ao jornal “Le Parisien”, declarou a importância de uma lei como essa: “É hora, 91 anos depois, de dar razão a um povo que ainda sofre e cujos descendentes têm uma cicatriz que ainda não fechou”. Bernard-Henri Lévy, filósofo francês, também aponta a importância da Lei Gayssot: “uma lei sobre o genocídio de 1915 calaria as bravatas de turcos neofascistas, e não atrapalharia em nada as pesquisas históricas sobre o período”.

Dois dias após a aprovação, Chirac ligou para o primeiro-ministro turco Recep Tayyip Erdogan, para se desculpar. Segundo reportagem do jornal espanhol “El País”, de 16 de outubro, ainda que Chirac tenha classificado a Lei com “desnecessária” e

“inoportuna”, ele reafirmou a necessidade do reconhecimento do genocídio por parte da Turquia.

Passado apagado, futuro incerto

Enquanto a Turquia não reconhece a existência do genocídio armênio e se desculpa publicamente pelos atos cometidos pelos seus antepassados, a fronteira entre Armênia e Turquia permanece fechada. As igrejas e monumentos construídos ao longo de séculos no que hoje é considerado território turco continuam sendo destruídos, malcuidados, transformados em mesquitas, ou mesmo celeiros.

O governo turco continua a apagar todos os traços da existência das grandes e prósperas comunidades armênias que ali viveram.

As crianças turcas continuam aprendendo na escola que os armênios tentaram massacrar os turco-otomanos. As pessoas ainda não podem falar, ler ou escrever sobre o genocídio livremente. Não sem temer um processado devido ao artigo 301.

O governo turco segue financiando o departamento de história turca de diversas grandes universidades norte-americanas, com a condição de que não se mencione o genocídio.

Os armênios que vivem na Turquia ainda precisam traduzir para o turco suas publicações, pois não é possível publicar nada apenas em língua armênia.

Os armênios que vivem na Armênia continuam sem poder visitar a terra de seus pais e avós.

E o Monte Ararat continua a ser um sonho.

OS OUTROS GENOCÍDIOS

“Mantenho prontas para o momento oportuno minhas Tötenkopfverbände (unidades especiais da S.S.) com a ordem de matar sem piedade todo homem, mulher e criança de raça ou língua polonesa. Apenas por este meio obteremos o espaço vital que necessitamos. Quem ainda fala sobre o extermínio dos armênios?”

ADOLPH HITLER, agosto de 1939,
em reunião com os membros do
governo alemão em
Obersalszberg.³⁴

“Se é permitido que nações cometam genocídios impunemente, para esconder a culpa deles numa camuflagem de mentiras e negações, existe um perigo real que outros regimes brutais sejam encorajados a tentar cometer genocídios. Ao menos que o mundo fale hoje sobre o genocídio armênio, e, ao menos que o governo reconheça esse fato histórico, nós teremos que viver esse século de genocídios sem precedentes com essa mácula nas nossas consciências.”

Caroline Baroness Cox, House of Lords, Abril de 1999

³⁴ Esse documento foi publicado no dia 24/11/1945 pelo jornal “The New York Times”

No século XX, genocídio e assassinatos em massa promovidos por diversos Estados mataram mais pessoas do que todas as guerras.

A morte de 1,5 milhão de armênios pelo Império Otomano foi só o início.

Entre 1941 e 1945, Hitler ordenou o extermínio de todos os judeus e ciganos. Calcula-se que entre cinco e seis milhões de judeus foram massacrados durante esse período pelo simples fato de serem judeus. Cerca de 200 a 800 mil ciganos também foram vítimas da eugenia hitleriana.

Após a Convenção da Onu para a prevenção e repressão do crime de genocídio, em 1948, massacres e genocídios organizados por Estados não foram extintos. Ao contrário, eles se tornaram cada vez mais frequentes.

Entre 1975 e 1979, 21% da população do Camboja, ou seja, 1.8 milhão de pessoas perderam a vida durante o governo de Pol Pot. Calcula-se que a grande maioria tenha morrido de fome ou doenças, na maioria das vezes provocada pelo trabalho no campo ao qual toda a população Cambojana foi obrigada a exercer. Ao menos 200 mil pessoas foram mortas em campos de extermínios como “inimigas do Estado”.

Entre 1992 e 1995, na República da Bósnia-Herzegovina, conflitos entre os três maiores grupos étnicos -os servos, os croatas e os muçulmanos - resulta no genocídio cometido pelos sérvios contra os muçulmanos da Bósnia. Calcula-se em 200 mil o número de mortos.

Em 1994, 800 mil Tutsis foram assassinados por militares e civis Hutus em Rwanda. O genocídio durou cem dias, ou seja, cerca de oito mil tutsis, ou hutus que não queriam participar do genocídio, foram mortos por dia.

Entre 1975 e 1999, durante a ocupação indonésia no Timor Leste, o exército indonésio matou entre 30% e 44% da população timorense, ou seja, entre 200 e 320 mil pessoas.



Em 2003, dois grupos rebeldes começaram uma rebelião na província de Darfur, no Sudão, pedindo mais poder ao governo. Autoridades sudanesas viram a rebelião como uma ameaça à soberania do governo. Ele resolve então aplicar uma política de extermínio no local, usando a milícia árabe Janjaweed para matar civis africanos das tribos de Darfur. Até o momento, mais de 450 mil pessoas morreram. O conflito ainda não foi resolvido. E o mundo continua a fechar os olhos para o problema.

Referências bibliográficas

Documentários:

The Armenian Genocide. Direção: Andrew Goldberg. Produção: Two Cats Production. EUA. 55 min. 2006.

Livros:

ARLEN, Michael J. Passagem para Ararat. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

BOULGOURDJIAN – TOUFESKSIAN, Nélide. El genocidio armenio en la prensa Argentina: tomo II 1901- 1915. Buenos Aires: el author, 2005.

BRYCE, James Lorde ; TOYNBEE, Arnold. Atrocidades turcas na Armênia em 1915 : denúncias de grandes personalidades. São Paulo: Paz e Terra. 2003.

DADRIAN, Mahan. The Naim-Andoniam Documents on the World War I. Destruction of Ottoman Armenians: the Anatomy of a Genocide. Cambridge.

FLORES, Marcello. Il secolo- mondo: storia del novecento. Bolonha: il Mulino. 2002

HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914- 1991. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

KECHICHIAN, Hagop. Os sobreviventes do genocídio: imigração e integração Armênia no Brasil – um estudo introdutório – (das origens a 1950). São Paulo: 2000.

KERIMIAN, Nubar. Massacres de armênios e Memórias de Naim Bey para Aram Andonian (tradução). São Paulo: Editora Parma. 1982.

KLOIAN, Richard Diran. (Coord). The Armenian Genocide – first 20th century holocaust. Berkeley: Anto Offset Printing. 1980.

MARTINS, A. H. Campolina. Armênia, um povo em luta pela liberdade: o mais longo genocídio da história. In: “Dossiê – Direitos Humanos. Ética e Filosofia Política”. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. 1998

MEKHITARIAN, Nichan. O Reino Armênio da Cilícia. São Paulo: Edições Inteligentes. 2005

SAPSEZIAN, Aharon. História da Armênia: drama e esperança de uma nação. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

STEPAN, Peter (Ed.). Photos that changed the world – the 20th century. Munique: Prestel. 2000

TERNON, Yves. Les Arméniens: Histoire d’un génocide. Paris : Éditions du Seuil. 1996.

Um genocídio em julgamento: o processo Talaat Paxá na República de Weimar. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994.

Periódicos:

AKCAM, Taner. Turquia atormentada por el genocidio armenio. *Generación 3*. Buenos Aires: Año 6, N. 14. p. (irregular).

BILEFSKY, Dan. Com o desgaste dos laços entre Turquia e EU, o Ocidente é visto como perdedor potencial. *The New York Times*. New York: 8 nov 2006

DIÁRIO ARMÊNIA. Especial 90^a Aniversario Genocídio Armênio 1915. Buenos Aires: 24 abr. 2005. 160 páginas.

DIÁRIO ARMÊNIA. 24 de Abril de 1915: La página más trágica de la humanidad. Edicion Especial. Buenos Aires: 24 abr 2004.

DJEREDJIAN, Mirta. Genocidio Armenio: 90 años de impunidad. *Generación 3*. Buenos Aires: Año 8. N. 17. p. 26-27.

FERRARI, Antonio. Io, perseguitata per una fiction. *Corriere della Sera*. Roma: 20 jul. 2006. Cultura. p. 26

FOLHA DE SÃO PAULO. Turquia: cresce tensão na fronteira com a Armênia. São Paulo: 14 out. 2006. Mundo.

FOLHA DE SÃO PAULO.

GALLETTI, Mirella. Il massacro degli armeni. *Millenovecento*. Italia: ago 2003. N. 10. p 92- 101.

GWERCMAN, Sérgio. Mal do século. *História*. São Paulo: mar. 2004. Grandes Momentos. P. 30-35

HAI: Revista de la comunidad armenia. Buenos Aires: Año 7. N. 59. Jan- Fev 2006.

KECHICHIAN, Mariana. Entrevista a Benon Sevan. Generación 3. Buenos Aires: Año 3, N. 5. p. 29- 31.

LCI. La Turquie dénonce le texte sur le génocide arménien. Paris : 12 out 2006.

LIBÉRATION. Génocide arménien : L'Europe très énervée par la France. Paris: 12 out 2006.

MARTÍ, Octavio. Chirca se disculpa ante Turquía por la ley que castiga la negación del genocidio armenio. El País. Madrid: 16 out 2006. Internacional.

ORICCHIO, Luiz Zanin. O ideal politicamente correto de Bernard-Henri Lévy. O Estado de São Paulo. São Paulo: 12 nov 2006. Cultura, P. D6.

REVISTA ARMENIA. 1915 -2006: 91 años sin justicia para nuestro pueblo. Buenos Aires: abr 2006.

VASCONCELOS, Yuri. Genocidio Armênio. História. São Paulo: jul. 2005. Grandes Momentos. P. 36 -41.

Publicações das comunidades Armênia e Turca:

CENTRO DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS. Reivindicações armênias e fatos históricos. ANCARA: 1998.

EL GENOCIDIO NEGADO: Apuntes y actividades sobre el genocidio contra el pueblo armenio. Buenos Aires: Consejo Nacional Armenio de Sudamerica

PERFIL DO PRIMEIRO GENOCÍDIO DO SÉCULO XX. São Paulo.

KUYUMCIYAN, Lic. Rita C. El Genocídio Armenio: su interrelación con el Holocausto Judío. Buenos Aires.

YEGHIAZARIAN, Achot (Coord.). 90 anos do genocídio armênio. São Paulo: abr 2005.

Na Internet:

Association Internationale de Recherches sur les Crimes contre l'Humanité et les Génocides. <http://aircrigeweb.free.fr/divers/presentation.html>

(último acesso: 17/08/06)

International Association of Genocide Scholars. www.isg-iags.org

(último acesso: 07/07/06)

Armênia – Brasil. <http://www.armenia.brasil.nom.br/genocidio.htm>

(visitado em 18/08/06)

Site da Comunidade Armênia do Brasil. www.armenia.com.br

(visitado em 09/09/06)

The Armenian Genocide. <http://www.theforgotten.org/intro.html>

(último acesso: 12/10/06)

ONU. www.un.org

(último acesso: 13/10/06)

Human Rights Watch. www.hrw.org

(último acesso: 20/10/2006)

Museu do Genocídio. http://www.armenocide.am/genocide_museum.htm

(último acesso: 20/10/2006)

República da Armênia. <http://www.gov.am/>

(último acesso: 15/10/2006)

Notícias sobre a questão armênia. <http://www.ian.cc/inicio.php>

(último acesso: 20/10/2006)

Comunidade armênia na Argentina. <http://www.marash.com.ar/>

(último acesso: 15/10/2006)

Comunidade Armênia na França. <http://www.cdca.asso.fr/>

(último acesso: 01/11/2006)

Comunidade Armênia nos Estados Unidos. <http://www.anca.org/>

(último acesso: 03/11/2006)